

green accountability platform

Aprimorando a transparência, a inclusão e a accountability no financiamento climático: histórias de Bangladesh, Brasil, Camarões, México e Senegal

Janeiro de 2026



GLOBAL
PARTNERSHIP FOR
SOCIAL
ACCOUNTABILITY

SSN TOWARDS
CLIMATE
RESILIENCE



Agradecimentos

Esta publicação foi desenvolvida por meio da **Green Accountability Platform**, um consórcio liderado pelo **World Resources Institute**, **SouthSouthNorth** e pela **Huairou Commission**. Sua produção foi viabilizada com o apoio da **Global Partnership for Social Accountability (GPSA)** do Banco Mundial. A GPSA facilita a colaboração das organizações da sociedade civil com os governos, bem como o engajamento dos cidadãos para resolver problemas de desenvolvimento, fortalecer a accountability e melhorar a governança setorial.

Esta publicação foi desenvolvida com a generosa colaboração dos beneficiários da Green Accountability Community of Practice nos cinco países participantes do projeto. Gostaríamos de agradecer a todos os parceiros que compartilharam seu tempo, percepções e documentação detalhada de projetos, e que participaram de entrevistas e revisões ao longo deste

processo. Agradecemos aos colegas do World Resources Institute (WRI) por sua orientação e análise contextual, e à Global Partnership for Social Accountability (GPSA) por suas valiosas contribuições ao longo da elaboração do relatório. Reconhecemos também a SouthSouthNorth (SSN) por facilitar o acesso a materiais e apoiar o engajamento dos parceiros, o que contribuiu para moldar esta análise.

Além disso, estendemos nosso agradecimento às demais organizações da sociedade civil participantes da Green Accountability Platform que não foram destacadas neste relatório. Consulte o apêndice para obter a lista completa dos beneficiários, todos os quais estão realizando trabalhos importantes para fortalecer a accountability no financiamento climático.

Autora: Romy Chevallier

Sumário

Lista de siglas	1
Introdução	3
ESTUDO DE CASO 01 Promoção da igualdade de gênero no financiamento climático em Camarões	5
ESTUDO DE CASO 02 Construção de governança climática participativa nos municípios em Camarões	9
ESTUDO DE CASO 03 Fortalecimento do engajamento cidadão na governança dos ecossistemas de manguezais em Senegal	12
ESTUDO DE CASO 04 Advocacy por uma transição energética justa e transparente em Senegal	15
ESTUDO DE CASO 05 Avanço da ação climática liderada pela comunidade na zona costeira de Bangladesh	19
ESTUDO DE CASO 06 Fortalecimento das vozes comunitárias para mercados de carbono Brasileiros e projetos de REDD+ mais responsáveis	23
ESTUDO DE CASO 07 Promoção do federalismo climático e da equidade orçamentária no Brasil	27
ESTUDO DE CASO 08 Fortalecimento das vozes marginalizadas na política climática do México	30
ESTUDO DE CASO 09 Estabelecimento do Observatório de Financiamento Climático do México para maior transparência no financiamento climático	34
Conclusão	39
Apêndice	41





Lista de siglas

ADD	Association pour le Développement de Diaoulé (<i>Association for the Development of Diaoulé</i>)	DF	Dataful
BDT	Bangladeshi Taka	EECO	Espacio de Encuentro de Culturas Originarias (<i>Space for Encounter of Indigenous Cultures</i>)
BEDS	Bangladesh Environment and Development Society	Enda ECOPOP	Espaces de Co-production des Offres Populaires pour l'Environnement et le Développement (<i>Spaces for Co-production of Popular Solutions for Environment and Development</i>)
CAJUST	Citoyens Actifs pour la Justice Sociale (<i>Active Citizens for Social Justice</i>)	FBMC	Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (<i>Brazilian Climate Change Forum</i>)
CCNAP	Plan national d'adaptation au changement climatique	FPAmb	Frente Parlamentar Ambientalista (<i>Environmental Parliamentary Front</i>)
CEVA	Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (<i>State Commission of Validation and Monitoring</i>)	FPIC	Free, Prior and Informed Consent
CFA	Climate Finance Action Group	GAP	Green Accountability Platform
CIPCRE	Cercle International pour la Promotion de la Création (<i>International Circle for the Promotion of Creation</i>)	GFLAC	Grupo de Financiamiento Climático para América Latina y el Caribe (<i>Climate Finance Group for Latin America and the Caribbean</i>)
CNS	Conselho Nacional de Populações Extrativistas (<i>National Council of Extractivist Populations</i>)	GPSA	Global Partnership for Social Accountability
COMINSUD	Community Initiative for Sustainable Development	HC	Huairou Commission
CoP	Community of Practice	INAI	Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales (<i>National Institute for Transparency, Access to Information and Data Protection</i>)
COP30	30th United Nations Climate Change conference	INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos (<i>Institute for Socio-Economic Studies</i>)
COPINA	Communauté de pratique sur les Innovations et Solutions Vertes et Bleues dans les zones humides en Afrique	IPLC	Indigenous Peoples and Local Communities
CSO	Civil Society Organisation		

JETP	Just Energy Transition Partnership	REDD+	Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation
LEAF	Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance Coalition	SEMARNAT	Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales (<i>Ministry of Environment and Natural Resources</i>)
NAP	National Adaptation Plan	SNGM	Stratégie Nationale de Gestion des Mangroves (<i>National Mangrove Management Strategy</i>)
NCQG	New Collective Quantified Goal	SSN	SouthSouthNorth
NDC	Nationally Determined Contribution	SFI	Sustainable Finance Index
NSEcoEco	Núcleo de Economia Socioambiental e Ecológica (<i>Centre for Socioenvironmental and Ecological Economics</i>)	SSFI	Subnational Sustainable Finance Index
OCCAP Clim	Observatoires Citoyens pour les Collectivités Amies du Climat (<i>Citizen Observatories for Climate-Friendly Local Authorities</i>)	TMX	Transparencia Mexicana (<i>Mexican Transparency Organisation</i>)
OFC	Observatorio de Financiamiento Climático (<i>Climate Finance Observatory</i>)	UCAF	Union Climate Action Forums
OPIRJ	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (<i>Organisation of Indigenous Peoples of Juruá</i>)	UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change
PACTEJ	Plateforme des Acteurs de la Société Civile pour une Transition Énergétique Juste au Sénégal (<i>Platform of Civil Society Actors for a Just Energy Transition in Senegal</i>)	VELEC	Volontaires Endogènes pour la Lutte contre les Effets du Changement Climatique (<i>Endogenous Volunteers for the Fight against the Effects of Climate Change</i>)
PNT	Plataforma Nacional de Transparencia (<i>National Transparency Platform</i>)	WFAC	Women for a Change
PRA	Participatory Rural Appraisal	WRI	World Resources Institute
PRAAN	Participatory Research and Action Network		



Introdução

O cenário global de financiamento climático continua a sofrer com a falta de informações claras, consistentes e acessíveis sobre os fluxos de financiamento. Isso deixa muitas comunidades sem uma participação significativa sobre como o financiamento climático é alocado, acessado ou se ele responde de forma eficaz às suas necessidades. À medida que os impactos climáticos se intensificam e os debates continuam em torno da quantidade e da qualidade do financiamento climático, torna-se cada vez mais importante garantir que os recursos sejam utilizados de forma responsável, eficiente e com integridade. A sociedade civil desempenha um papel vital nesse esforço. Ao permitir que os cidadãos participem e influenciem decisões sobre como o financiamento climático é gasto, monitorado e governado, a green accountability ajuda a garantir que os

sistemas de financiamento climático sejam não apenas mais eficazes, mas também mais equitativos.

A **Green Accountability Platform** (GAP) foi lançada pelo **World Resources Institute** (WRI), **SouthSouthNorth** (SSN) e pela **Huairou Commission** (HC), com colaboração e o apoio da **Global Partnership for Social Accountability** do Banco Mundial, predecessora da **Civil Society and Social Innovation Alliance** (CIVIC). Entre outubro de 2024 e dezembro de 2025, a Plataforma forneceu financiamento estratégico a 25 organizações da sociedade civil (CSO) que atuam na linha de frente da ação climática para fortalecer a participação cidadã, melhorar o acesso a informações relevantes sobre o clima, aprimorar a supervisão do financiamento climático e compartilhar



estratégias e ferramentas para testar abordagens de green accountability em diversos contextos.

Atuando em Bangladesh, Brasil, Camarões, México e Senegal, essas organizações estão melhorando a transparência do financiamento climático, fortalecendo mecanismos de accountability centrados nas comunidades e realizando advocacy por reformas de políticas públicas que reflitam suas realidades locais e as prioridades climáticas nacionais.

Esses esforços, apresentados a seguir, demonstram como estratégias enraizadas nas comunidades podem promover uma supervisão mais robusta da legislação climática e ambiental, melhorar a alocação verde dos gastos públicos e aprofundar a confiança entre governos e as comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas.

A Green Accountability Platform abrange várias áreas temáticas-chave e apoia uma Community of Practice (CoP) e três grupos de afinidade. Essas áreas incluem:

- Avanço da transparência por meio da melhoria do acesso a dados e de sistemas de informação.
- Fortalecimento do advocacy e do engajamento nos processos de políticas climáticas.
- Reforço da accountability por meio de ações de conscientização e fortalecimento de capacidades relacionadas ao financiamento climático.

Este compêndio apresenta nove estudos de caso que ilustram diferentes expressões de green accountability em contextos nacionais e locais variados. Cada exemplo reflete um ponto de entrada temático distinto, um foco específico de advocacy e um modo particular de engajamento com instituições governamentais. Em conjunto, os casos demonstram como iniciativas enraizadas nas comunidades podem influenciar sistemas de financiamento climático mais transparentes, inclusivos e equitativos. O relatório aplica uma metodologia qualitativa que combina a revisão de políticas nacionais, literatura acadêmica on-line, materiais de projetos, entrevistas com beneficiários e coordenadores de projetos, bem como percepções derivadas das discussões dos Grupos de Afinidade da CoP. Essa abordagem apoia o desenvolvimento de estudos de caso ricos em contexto, que documentam e sintetizam boas práticas e lições aprendidas, com o objetivo de fortalecer a transparência, a inclusão e a accountability no financiamento climático e nos processos de políticas climáticas. Uma análise mais curta das principais conclusões pode ser encontrada no informe de políticas públicas.

“Strengthening the role of civil society actors in climate finance (Fortalecendo o papel dos atores da sociedade civil no financiamento climático)..”

01

Estudo de Caso

Promoção da igualdade de gênero no financiamento climático em Camarões

 Camarões

Em Camarões, a Wfac tem promovido a igualdade de gênero no financiamento climático por meio da construção de coalizões intersetoriais para fomentar o diálogo, do desenvolvimento de produtos de comunicação para ampliar a compreensão comunitária a partir de uma perspectiva de gênero e do engajamento em diálogos nacionais e regionais para realizar advocacy em favor das prioridades das comunidades.



Contexto

De acordo com o **Relatório de Desigualdade de Gênero 2025** do Fórum Econômico Mundial, Camarões ocupam a 93ª posição entre os 148 países avaliados no relatório, refletindo disparidades persistentes de gênero no acesso a recursos, na participação econômica e política, na educação e na saúde. Essas desigualdades são agravadas pela integração limitada das considerações de gênero nos marcos nacionais de políticas públicas, juntamente com a instabilidade política e restrições mais amplas de governança. O espaço cívico também enfrenta pressão: o **CIVICUS Monitor** avaliou negativamente Camarões em 2024, atribuindo uma pontuação de 26 em 100, enquanto seu **relatório** de 2025 destacou várias irregularidades durante a eleição presidencial.

Camarões também está cada vez mais vulnerável às mudanças climáticas, enfrentando inundações, secas e queda

da produção agrícola.¹ As mulheres são desproporcionalmente afetadas por esses impactos,² contudo os debates nacionais sobre adaptação sensível ao gênero e o acesso das mulheres ao financiamento climático permanecem limitados. As vozes das mulheres, em particular das comunidades marginalizadas e indígenas, raramente são reconhecidas nos processos de formulação de políticas públicas, apesar de seus conhecimentos em adaptação baseada na comunidade.³

Embora o governo tenha expressado seu compromisso em integrar considerações de gênero e juventude nas políticas climáticas, a implementação tem sido lenta. Isso representa uma oportunidade para que as CSO reformulem o discurso nacional sobre financiamento climático e promovam maior accountability em relação ao financiamento climático sensível ao gênero.

1. Lotsmart Fonjong et Regina Ndip Zama, "Climate change, water availability and the burden of rural women's triple role in Muyuka, Cameroon", *Global Environment Change* 82, (2023).
2. Fonjong and Zama "Climate change."
3. CIVICUS, "CAMEROON: Indigenous people should be at the forefront of our own movement and speak for ourselves," CIVICUS, August 2, 2022.



Abordagens inovadoras

A **Women for a Change (Wfac)** atua para enfrentar os desequilíbrios de gênero colocando as mulheres no centro da ação climática, garantindo que suas necessidades e contribuições para soluções climáticas sejam integradas aos mecanismos de políticas públicas e financiamento climático.

Para avançar o debate sobre gênero e financiamento climático, foi criado o **Climate Finance Action Group (CFA)**, um grupo de trabalho multissetorial com 20 membros, incluindo representantes dos setores financeiro e de saúde, da academia, da mídia e da sociedade civil. Reunindo-se mensalmente, o grupo troca experiências, monitora desenvolvimentos e identifica oportunidades, ao mesmo tempo em que se engaja em reuniões regulares e ad hoc com estruturas estatais. Para muitos atores, como instituições de microcrédito, isso introduz novos conceitos e oferece formas de integrar o gênero ao planejamento financeiro.

Para fortalecer a compreensão pública, a Wfac desenvolveu um manual de financiamento climático por meio de um processo participativo. O manual localiza conceitos de financiamento climático, promove o engajamento comunitário e contextualiza o financiamento climático doméstico ao destacar ações no âmbito comunitário, como reciclagem de resíduos, reutilização de plástico e agricultura sustentável, como contribuições valiosas para o financiamento climático. Ao simplificar a terminologia complexa, o manual fornece uma ferramenta participativa e baseada na comunidade para accountability. Ele está disponível em vários idiomas, garantindo sua acessibilidade em toda a África Central, e serve como um recurso para que as comunidades acompanhem e influenciem decisões relacionadas ao clima. z

A Wfac também desenvolveu policy briefs (notas técnicas de políticas públicas) que vinculam o financiamento climático e a

igualdade de gênero à agricultura e à segurança alimentar, bem como à água, saneamento, saúde reprodutiva e gestão da higiene menstrual. Esses documentos defendem a institucionalização de mecanismos participativos de accountability para garantir que as



Fotografia: Engajamento juvenil no trabalho da Wfac sobre dignidade menstrual. Imagens cortesia da Wfac.

comunidades possam acessar informações e influenciar decisões orçamentárias.

Além disso, a Wfac contribuiu para a revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e para o **Plano de Ação Nacional 1325 (NAP)** por meio do engajamento com o Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Desenvolvimento Sustentável e com o Ministério do Empoderamento das Mulheres e da Família. Em 2025, membros do CFA participaram das reuniões dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das

Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) na Alemanha e da segunda Cúpula Africana do Clima, na Etiópia, fortalecendo ainda mais as conexões entre o advocacy local e os diálogos climáticos regionais e globais.

A Wfac também está expandindo o aprendizado digital por meio de sua

plataforma de e-learning **gShe**. A plataforma promove educação em saúde sexual e reprodutiva para jovens e agora integra módulos sobre gênero e financiamento climático. Parcerias com jornalistas, veículos de mídia e influenciadores também ampliaram o alcance da Wfac e sustentaram o engajamento público em torno do financiamento climático sensível ao gênero.



Impacto principal

Por meio da construção de coalizões, advocacy e engajamento em políticas públicas, a Wfac ampliou a compreensão nacional sobre financiamento climático a partir de uma perspectiva local e feminista. A atenção da mídia às contribuições das mulheres para a ação climática, particularmente por meio de redes sociais e artigos de jornais, também se expandiu significativamente (por exemplo, ver o seguinte vídeo em redes sociais do veículo de comunicação CBS Radio Buea FM 95.30 MHz, [aqui](#)). Essa iniciativa fortaleceu a confiança das comunidades e dos jovens para se engajar no diálogo de políticas públicas. Ela fomentou a colaboração entre as CSO e promoveu uma mudança em

direção à accountability participativa, em vez de uma governança de cima para baixo, como evidenciado por uma maior abertura do governo ao engajamento com as CSO e por uma maior conscientização política sobre as interligações entre gênero e clima. Esse trabalho fortaleceu as capacidades das CSO em orçamentação sensível ao gênero, monitoramento e reporte vinculados à NDC, ao NAP e aos Planos Nacionais de Ação de Gênero. A Wfac também construiu coalizões que conectam ações locais a mecanismos regionais e globais de accountability, garantindo que as vozes das mulheres de base informem reformas do financiamento climático em múltiplos níveis.



Fotografia: Oficina sobre o avanço da ação de financiamento climático em Camarões antes da COP30. Imagem cortesia da Wfac.



Lições aprendidas e próximos passos

O trabalho da Wfac demonstra como organizações da sociedade civil feministas podem transformar o financiamento climático de um processo tecnocrático em um esforço participativo e orientado pela justiça. Ao estabelecer uma coalizão intersetorial e desenvolver ferramentas para o engajamento, a Wfac está incorporando accountability, inclusão e igualdade de gênero à arquitetura de financiamento climático em Camarões.

A simplificação de conceitos de financiamento climático por meio de exemplos baseados no contexto aumenta o engajamento público, enquanto a integração de uma análise feminista ajuda a revelar barreiras sistêmicas e garante que os sistemas financeiros se tornem responsivos às necessidades das mulheres. Além disso, a colaboração multisetorial promove a aprendizagem compartilhada. Nesse sentido, plataformas digitais têm se mostrado eficazes para sustentar a participação para além de restrições geográficas e políticas, particularmente entre jovens, como observado por meio da plataforma **gShe**.

Um fator facilitador tem sido a existência de redes vibrantes de organizações da

sociedade civil (CSO) que colaboram na governança climática. Essas alianças fortaleceram a solidariedade, amplificaram mensagens de advocacy e criaram espaços para responsabilizar governos e doadores. Elas estão ajudando a impulsionar uma mudança cultural na qual a accountability é compreendida como coletiva e participativa, em vez de vertical e de cima para baixo.

A credibilidade da Wfac na promoção da igualdade de gênero permitiu que a organização reunisse partes interessadas diversas em torno de temas de transparência e inclusão. Sua abordagem feminista e centrada na comunidade está construindo confiança, fortalecendo o engajamento democrático e avançando a justiça climática. De forma importante, ao alinhar seus esforços a marcos internacionais como o **Acordo de Paris**, a **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim** e as **Coalizões de Ação da Geração Igualdade**, a organização reforça sua legitimidade e mobiliza apoio de parceiros internacionais, fortalecendo seu papel na governança climática nacional e global.



Estudo de Caso

Construção de governança climática participativa nos municípios em Camarões


 Camarões

O CIPCRE em Camarões aprimorou a participação cidadã nos municípios por meio da realização de mapeamentos de risco climático, do desenvolvimento de uma plataforma local de accountability ambiental e da criação de uma rede de voluntários para implementar medidas práticas de adaptação.



Contexto

As autoridades locais em todo o mundo desempenham um papel crítico na implementação da ação climática.⁴ Elas supervisionam e gerenciam setores essenciais como terra, água, resíduos e infraestrutura, que influenciam diretamente a adaptação, a resiliência e as emissões de gases de efeito estufa. Elas também são responsáveis pela prestação de muitos serviços públicos que se intersectam com a sustentabilidade ambiental e as mudanças climáticas. No entanto, esses setores estão entre os mais vulneráveis às mudanças climáticas, e os riscos climáticos permanecem mal integrados aos processos de planejamento municipal, orçamentação e decisões de investimento.

Em Camarões, apesar dos desafios contínuos de segurança e das restrições fiscais, o

processo de descentralização avançou por meio de uma série de reformas institucionais concebidas para aproximar o governo aos seus cidadãos.⁵ Ancoradas no **Código Geral das Coletividades Regionais e Locais**, essas reformas ampliaram os poderes municipais e levaram ao estabelecimento de conselhos regionais em cada uma das dez regiões, agora responsáveis pela gestão de seus próprios orçamentos e prioridades de desenvolvimento. No entanto, embora o marco legal e institucional para a descentralização esteja agora estabelecido, transferências fiscais sustentadas, o fortalecimento da governança local e a participação cidadã inclusiva são essenciais para traduzir essas reformas em verdadeiros motores de desenvolvimento territorial sustentável e resiliente ao clima.



Approches novatrices

Para apoiar os municípios no desenvolvimento e na implementação de orçamentos resilientes ao clima, o **Cercle International pour la Promotion de la Création** (CIPCRE) lançou um projeto para fortalecer a participação cidadã e a accountability na governança local e para estabelecer mecanismos comunitários de

engajamento e monitoramento da ação climática.

O projeto atua em cinco municípios de Camarões, são eles: Bafoussam I, Bafoussam III, Foumbot (oeste), Mandjou (leste) e Ngaoundéré III (Adamawa), selecionados em função de sua vulnerabilidade climática.

-
4. Estibaliz Sanz, Lorenzo Chelleri, Aline Chiabai, Maria José Sanz, **Enhancing local governance for climate action: A guiding conceptual framework**, *Urban Governance*, Volume 5, Issue 4, 2025, Pages 455–465.
5. Business in Cameroon, **"Cameroon decentralization 2018–2025: progress made but autonomy still limited ,"** October 1, 2025.

Algumas das principais áreas de inovação do CIPCRE incluem:

1. Advocacy pela nomeação de pontos focais climáticos municipais para coordenar alertas precoces e respostas em colaboração com a sociedade civil. Além disso, o CIPCRE oferece oficinas de sensibilização para prefeitos, vereadores e equipes municipais com o objetivo de integrar o risco climático aos planos e orçamentos de desenvolvimento.
2. Estabelecimento dos Observatórios Cidadãos para a Ação Climática Pública (Observatoires Citoyens pour les Collectivités Amies du Climat – OCCAP-Clim) para monitorar investimentos climáticos locais e o desempenho municipal, utilizando cartões de pontuação padronizados e painéis comunitários.
3. Criação de uma rede de Voluntários Endógenos para a Luta contra os Efeitos das Mudanças Climáticas (Volontaires Endogènes pour la Lutte contre les Effets du Changement Climatique) para implementar medidas práticas de adaptação, como reflorestamento e proteção contra inundações.
4. Coprodução de mapas de risco climático, em formato manual e digital, com cidadãos, lideranças locais e equipes técnicas, para informar o desenvolvimento de planos municipais de adaptação.
5. Desenvolvimento de uma **plataforma** local on-line de accountability ambiental, sustentada por dados em tempo real, que consolida informações climáticas e orçamentárias em formatos acessíveis, permitindo comunicação transparente, estruturada e contínua entre comunidades e autoridades municipais.
6. Promoção e disseminação de materiais educativos, cartazes, cartões de pontuação e outras ferramentas para que os cidadãos aprendam sobre adaptação e financiamento climático local.

Quando combinadas, essas intervenções deslocam os municípios para um modelo mais estruturado e participativo de governança climática. Os dados tornam-se acionáveis, os cidadãos tornam-se parceiros ativos e os riscos climáticos passam a ser sistematicamente integrados ao planejamento local e à alocação de recursos.



Fotografia: Estudantes da Escola Pública de Vava juntam-se aos Voluntários Endógenos. Imagem cortesia do CIPCRE.



Fotografia: Estudantes da Escola Pública de Gada-Dang e criadores de gado juntam-se aos Voluntários Endógenos. Imagem cortesia do CIPCRE.



Impacto principal

O trabalho do CIPCRE apoiou o diálogo e a colaboração entre cidadãos e governos locais, demonstrando que a ação climática descentralizada pode ser transparente, inclusiva e responsável. Autoridades locais agora utilizam dados de risco climático, produzidos e informados por esforços colaborativos e pelas realidades em campo, para orientar suas decisões de investimento e priorizar intervenções de adaptação.

Por meio do OCCAP-Clim e do VELEC, as comunidades estão participando ativamente do monitoramento de investimentos municipais e da implementação de respostas locais aos riscos climáticos. Exercícios de mapeamento participativo resultaram em mapas de risco climático para os cinco municípios, enquanto voluntários do VELEC

implementaram medidas de resiliência em áreas propensas a inundações e à degradação florestal. Campanhas de conscientização alcançaram diversos públicos, permitindo que os cidadãos compreendam as questões climáticas e ajam de forma correspondente.

O advocacy junto às autoridades locais construiu confiança e compromisso institucional, fortalecendo as capacidades técnicas e organizacionais dos municípios. Avaliações participativas de risco, combinadas com ferramentas digitais como painéis comunitários e plataformas on-line de accountability, tornaram os dados climáticos locais acionáveis tanto para cidadãos quanto para formuladores de políticas públicas.



Lições aprendidas e próximos passos

O advocacy preventivo e contínuo junto às autoridades locais mostrou-se essencial para construir confiança e obter adesão política, garantindo que os mecanismos de accountability climática sejam integrados às estruturas municipais, em vez de operarem de forma paralela. O projeto também destacou o aumento da efetividade das avaliações participativas de risco quando complementadas por ferramentas de fácil utilização, incluindo painéis digitais, fichas de monitoramento e mapas comunitários, que tornam os dados climáticos compreensíveis e acionáveis para autoridades eleitas e cidadãos. Sustentar esses mecanismos comunitários além da duração do projeto exigiu a mobilização de equipes municipais existentes e de redes de voluntários, contribuindo para assegurar continuidade a um custo menor e promovendo o senso de apropriação local.

No entanto, a capacidade limitada dos governos locais dificulta a integração do monitoramento climático aos processos de planejamento, enquanto a falta de

acesso a dados e a fragmentação das informações orçamentárias prejudicam o controle cidadão efetivo. A baixa autonomia financeira dos municípios limita sua capacidade de manter mecanismos de accountability, e sobreposições institucionais e procedimentos administrativos lentos frequentemente atrasam a implementação. Além disso, a participação cidadã permanece irregular, especialmente em municípios mais isolados como Mandjou e Ngaoundéré. Garantir a sustentabilidade de longo prazo dos mecanismos comunitários e fortalecer a institucionalização da governança climática participativa, portanto, continuam sendo prioridades para as fases subsequentes da iniciativa.

Daqui em diante, o CIPCRE busca expandir as avaliações participativas de risco climático para todos os municípios, apoiar a adoção formal de estratégias municipais de adaptação às mudanças climáticas em marcos regionais e realizar advocacy pelo acesso direto ao financiamento climático para governos locais.

03

Estudo de Caso

 Senegal

Fortalecimento do engajamento cidadão na governança dos ecossistemas de manguezais em Senegal

Em Senegal, a Enda ECOPOP aprimorou a governança compartilhada e a implementação de soluções climáticas por meio do desenvolvimento de uma community of practice para engajar-se com a gestão nacional de manguezais, da formação de pactos de parceria com autoridades locais e da criação de uma plataforma de alerta cidadão.



Contexto

Diante da rápida degradação de ecossistemas costeiros e ribeirinhos, o Senegal adotou sua primeira **Estratégia Nacional para a Gestão dos Ecossistemas de Manguezais**, 2023–2027 (Stratégie Nationale de Gestion des Mangroves – SNGM) para proteger e restaurar um dos ativos naturais mais críticos do país. Os manguezais sustentam as economias locais e a resiliência das comunidades, fornecendo serviços ecossistêmicos essenciais, como sequestro de carbono, filtração de água, proteção costeira e meios de subsistência por meio da pesca, da ostreicultura, da apicultura e do ecoturismo. No entanto, esses ecossistemas estão cada vez mais ameaçados pela erosão, pela poluição e por atividades insustentáveis.

Embora a participação seja reconhecida como um princípio central na Constituição senegalesa, e a SNGM reconheça explicitamente o papel de diversos atores, o engajamento cidadão significativo e a apropriação local permanecem limitados. O acesso frágil à informação e processos de políticas públicas insuficientemente inclusivos comprometem a qualidade,

a transparência e a accountability da governança climática e ambiental. O fortalecimento da participação na tomada de decisões ambientais também é um dos doze compromissos de Senegal no âmbito da **Open Government Partnership (OGP)**; ainda assim, a educação ambiental permanece insuficientemente integrada aos currículos escolares, deixando os jovens sem a base de conhecimento necessária para reivindicar seu direito de participar.

Desenvolvimentos recentes de políticas públicas, como a **adoção da Lei nº 14/2025 sobre acesso à informação**, sinalizam avanços, mas dados climáticos e ambientais ainda raramente estão disponíveis em línguas nacionais, limitando a acessibilidade e o uso prático. Essas lacunas ressaltam a necessidade urgente de empoderar a sociedade civil e as comunidades com o conhecimento, as ferramentas e as plataformas necessárias para compreender processos ecológicos, influenciar políticas públicas e mobilizar ação coletiva para a gestão sustentável dos manguezais em Senegal.



6. UNEP, “An inside look at the beauty and benefits of mangroves”, July 25 2023.



Abordagens inovadoras

Para aprimorar a governança inclusiva, o Ministério do Meio Ambiente convidou as organizações da sociedade civil (CSO) a apoiar a implementação da SNGM. Em resposta, a Espaços para a Coprodução de Soluções Populares para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Espaces de Co-production des Offres Populaires pour l'Environnement et le Développement – **Enda ECOPOP**) vem ampliando a conscientização dos cidadãos sobre as mudanças climáticas e fortalecendo a participação das CSO na implementação e no monitoramento da SNGM. Esses esforços alinham as políticas nacionais à implementação local.



Fotografia: Oficina de educação ambiental em Saint-Louis. Imagem cortesia da Enda ECOPOP.

As partes interessadas coproduziram um plano operacional, resultando na renovação de pactos sociais de compromisso entre as CSO, comunidades e autoridades locais para formalizar parcerias para a implementação conjunta e o monitoramento da SNGM. Cada pacto social segue seis fases:

1. análise conjunta dos desafios locais;
2. assinatura de declarações de compromisso;
3. desenvolvimento de planos de ação;
4. mobilização de parceiros financeiros;
5. implementação de ações cidadãs e monitoramento; e
6. avaliação e intercâmbio de conhecimentos.



Um programa local de capacitação de partes interessadas fortaleceu competências em educação ambiental, governança compartilhada e monitoramento participativo. Durante a capacitação, foram compartilhadas ferramentas, incluindo o **Global Mangrove Watch** e o Yécité (plataforma de alerta cidadão da Enda ECOPOP, concebida para aprimorar o monitoramento comunitário e o compartilhamento de dados sobre biodiversidade). As partes interessadas também foram capacitadas em governança compartilhada, cogestão operacional e no conteúdo da SNGM. A Enda ECOPOP também desenvolveu um guia para promover a participação cidadã na gestão de manguezais em áreas marinhas protegidas. Um **vídeo** bilíngue (em francês e wolof) foi produzido para explicar a SNGM em idiomas acessíveis.

Em parceria com o Centre for Education and Environmental Empowerment e outras CSO, mais de 7.000 estudantes e professores em Joal-Fadiouth, Saint-Louis e Mbodiène foram alcançados por meio de oficinas de educação ambiental e visitas de campo a manguezais. Os professores também receberam materiais para integrar temas ambientais aos currículos escolares.

Oficinas com autoridades departamentais, organizações da sociedade civil (CSO) e comunidades vulneráveis, como os habitantes deslocados pelas mudanças climáticas na aldeia de Doune Baba Dièye, coproduziram recomendações de políticas públicas, como a integração de produtoras e produtores de ostras nos debates nacionais e o reconhecimento dos riscos de poluição por petróleo em áreas costeiras.



Fotografia: Lançamento da Community of Practice sobre Soluções Verdes e Azuis para a Gestão de Zonas Úmidas. Imagens cortesia da Enda ECOPOP.

A Enda ECOPOP também está promovendo a aprendizagem entre pares e a inovação por meio da criação de uma Community of Practice sobre Soluções Verdes e Azuis para a Gestão de Zonas Úmidas (Communauté de pratique sur les Innovations et Solutions Vertes et Bleues dans les zones humides en Afrique – COPINA). Em colaboração com a Diretoria de Áreas Marinhas Protegidas Comunitárias, a COPINA reúne 150 instituições estatais e não estatais de 15 países africanos para conectar conhecimentos científicos e locais sobre financiamento climático, governança de zonas úmidas e restauração. O Senegal sediará o **Congresso Mundial de Áreas Marinhas Protegidas (IMPAC 6)** em 2027. Coincidindo com a conclusão da SNGM no mesmo ano, o IMPAC 6 será uma importante oportunidade de apresentar as boas práticas e as lições aprendidas do projeto, inclusive por meio da COPINA, a públicos nacionais e internacionais.



Impacto principal

De modo geral, o projeto fortaleceu a colaboração institucional, a coerência de políticas públicas e a implementação de marcos nacionais de políticas, avançando a governança compartilhada e a transparência na gestão do clima e da biodiversidade.

Pactos sociais renovados em Saint-Louis e em Mbour apoiam um compromisso cívico sustentado com a proteção dos manguezais. As escolas nas regiões-alvo agora integram a educação ambiental em seus currículos diários. A SNGM também foi popularizada por meio de oficinas, vídeos e guias cidadãos, ampliando a acessibilidade comunitária.

Por meio da COPINA, membros de 15 países africanos, incluindo Benim, Gâmbia, Guiné, Senegal e Mauritânia, estão desenvolvendo uma melhor gestão do conhecimento e a harmonização entre a ação comunitária e as estratégias estatais. O estabelecimento da COPINA promove a inovação local e a integração de experiências africanas nos diálogos internacionais sobre governança do clima e da biodiversidade.



Lições aprendidas e próximos passos

A iniciativa demonstra que a sociedade civil desempenha um papel crucial na conexão entre instituições públicas e comunidades, ajudando a garantir que as prioridades locais moldem de forma significativa a formulação de políticas públicas. As Communities of Practice (CoPs) promoveram aprendizado contínuo, colaboração e melhorias adaptativas na governança de recursos naturais, enquanto a educação ambiental apoiou o surgimento de uma cidadania ecológica sustentável e de mudanças comportamentais. Tornar os

marcos de políticas públicas acessíveis em línguas locais e em formatos amigáveis ao usuário fortaleceu o senso de apropriação comunitária. Paralelamente, os pactos sociais demonstraram ser ferramentas valiosas de accountability, que constroem confiança entre as CSO, instituições governamentais e comunidades. Além disso, parcerias compartilhadas e ferramentas digitais, como o Yécité, ampliaram a transparência, a responsabilidade coletiva e a sustentabilidade de longo prazo das intervenções.

04

Estudo de Caso

Advocacy por uma transição energética justa e transparente em Senegal

A CAJUST promoveu uma transição energética justa em Senegal por meio da capacitação de comunidades para articular demandas de justiça climática, da convocação de diálogos para desenvolver um pacto equitativo de governança de recursos e da diversificação do alcance por meio de advocacy em mídias locais.



Contexto

Senegal emergiu recentemente como produtor de petróleo e gás, com a nova administração priorizando a expansão das receitas provenientes do petróleo e do gás.⁷ Essa mudança de política levanta preocupações quanto ao equilíbrio entre as ambições econômicas do país e seus compromissos climáticos,⁸ em um contexto de intensificação dos impactos climáticos, notadamente inundações recorrentes que vêm interrompendo meios de subsistência em comunidades do norte e do leste do país.

Senegal também aderiu a uma **Parceria para uma Transição Energética Justa (Just Energy Transition Partnership – JETP)** no valor de € 2,5 bilhões, com o objetivo de melhorar o acesso universal à eletricidade e apoiar um setor energético inclusivo e descarbonizado. Embora a JETP ofereça uma oportunidade para avançar as metas climáticas do país, existem preocupações relacionadas à sua implementação.⁹ Cidadãos levantaram questões sobre o acesso à informação e o engajamento limitado da população em relação à carteira de investimentos e à governança da JETP. Eles observam que grande parte do financiamento é baseada em empréstimos, e não em recursos concessionais, com

implicações para o endividamento.¹⁰ Em resposta, o governo vem adotando medidas para ampliar a participação por meio da criação do Comitê Diretor da JETP, co-liderado pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pelo Ministério da Energia, Petróleo e Minas, juntamente com um órgão de supervisão multissetorial.

A interação entre atividades extrativas e a JETP afeta os meios de subsistência de comunidades costeiras e agrícolas. Por exemplo, a aprovação do Projeto de Gás Offshore Greater Tortue Ahmeyim proibiu temporariamente pescadores artesanais de acessar as águas circundantes.¹¹ A crescente degradação ambiental em áreas como Saint-Louis, Fatick e Thiès, que enfrentam erosão costeira, salinização e inundações, também ameaça os ecossistemas marinhos e a produtividade agrícola. Embora o governo tenha estabelecido um mecanismo de resolução de conflitos, incluindo uma linha telefônica dedicada para reclamações, persistem divergências quanto às zonas de acesso próximas às plataformas offshore. Atores da indústria citam riscos à segurança, enquanto pescadores locais argumentam que essas áreas de exclusão estão entre os mais ricos territórios de pesca.

7. Phillip Lemmerich, “The Next Fossil Fuel Trap?” Climate Justice Central, April 2024.

7. Africanews, “Production Starts at Senegal’s First Offshore Oil Project,” January 2024,

8. SouthSouthNorth, “Country Lessons in Piloting Accountability Mechanisms for Climate Action,” May 26, 2025,

9. Aida Diop, Nafi Quarshie Fatima Diallo, “Senegal’s JETP: Lessons, Challenges and Opportunities and the Role of Civil Society,” Natural Resource Governance Institute, December 2024,

10. Elimane Haby Kane, “Economic Opportunity or Imminent Disaster?” Rosa Luxembourg Stiftung, June 27, 2023,

As narrativas nacionais em torno das transições energéticas permanecem contestadas. Muitos atores percebem a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis como uma narrativa ocidental que conflita com as aspirações de desenvolvimento de Senegal. No entanto, as comunidades enfatizam que o crescimento econômico não deve ocorrer às custas das populações vulneráveis.

O caminho de Senegal rumo a um futuro energético justo e resiliente ao clima depende da incorporação da transparência, da accountability e da participação cidadã nos sistemas de governança, garantindo benefícios para as populações rurais e costeiras sem aprofundar desigualdades relacionadas ao clima.



Abordagens inovadoras



A Active Citizens for Social Justice (**Citoyens Actifs pour la Justice Sociale – CAJUST**) trabalha para ampliar a conscientização sobre a JETP, assegurando que os cidadãos tenham acesso à informação, a plataformas de tomada de decisão e à capacidade de advocacy. A CAJUST também realiza advocacy em favor do rastreamento público dos fluxos de financiamento relacionados à JETP e às NDCs, mobilizando comunidades para escutinar os gastos e criando espaços inclusivos de tomada de decisão para grupos sub-representados. A organização apoia a descentralização das NDCs ao promover sua integração aos planos locais de desenvolvimento.

Os grupos-alvo incluem comunidades pesqueiras ameaçadas pela restrição de acesso às zonas de pesca; populações costeiras que enfrentam elevação do nível do mar e erosão costeira; agricultores afetados pela salinização do solo, pelo

acesso limitado à eletricidade e pelos impactos do gás e da mineração; e mulheres, jovens e pessoas com deficiência frequentemente excluídos dos processos de consulta.

A CAJUST empoderou comunidades vulneráveis para articular demandas de justiça climática por meio do estabelecimento de plataformas dedicadas ao diálogo e ao advocacy. Em Saint-Louis, criou um fórum para pessoas deslocadas ampliarem suas vozes e reivindicarem processos de realocação mais seguros e dignos. Em Thiès, apoiou o desenvolvimento de um plano comunitário de advocacy voltado à gestão sustentável dos recursos marítimos e agrícolas. Em Fatick, a CAJUST facilitou um fórum centrado em mulheres que aborda o acesso à água e à energia, bem como os impactos da erosão costeira sobre comunidades insulares.



Fotografia: Fórum comunitário para pessoas deslocadas em Saint-Louis. Imagem cortesia da CAJUST.



Fotografia: Fórum comunitário centrado em mulheres em Fatick. Imagem cortesia da CAJUST.

Além disso, três rodadas de fóruns comunitários, realizadas com autoridades locais, lideranças comunitárias e representantes religiosos em todas as regiões extrativas, alcançaram mais de 700 beneficiários. A CAJUST também convocou um diálogo multissetorial em Thiès, reunindo comunidades, ministérios, parlamentares, autoridades locais eleitas, o Conselho de Orientação e Estratégia do Petróleo e Gás, e empresas como a Companhia Petrolífera Senegalesa (Société Pétrolière du Sénégal, PETROSEN) e a Eramet Grande Côte. Isso resultou em um pacto social

para uma governança de recursos transparente e equitativa, que inclui um chamado para a criação de um fundo local de desenvolvimento financiado por 1 por cento do faturamento anual das empresas de petróleo e gás. Um informe de políticas públicas, delineando as prioridades comunitárias para a JETP, está em preparação. Além disso, a CAJUST realizou duas mesas-redondas de políticas públicas, uma com o Comitê da Assembleia Nacional e outro diálogo interministerial, para promover o engajamento contínuo entre governo e sociedade civil.



Impacto principal

A CAJUST fortaleceu a capacidade das comunidades de articular demandas, reivindicar maior transparência no financiamento climático, aprimorar a implementação da NDC e a accountability da JETP, e realizar advocacy por ações de resiliência, como a restauração de manguezais no Delta do Saloum. As comunidades agora estão se engajando com autoridades locais e com a mídia sobre os desafios e as oportunidades da transição energética.

A CAJUST participa ativamente do **Comitê Diretivo da JETP**. Juntamente com outras organizações da sociedade civil, a CAJUST estabeleceu a Plataforma dos Atores da Sociedade Civil para uma Transição Energética Justa no Senegal (Plateforme des Acteurs de la Société Civile pour une Transition Énergétique Juste au Sénégal – PACTEJ), uma plataforma multissetorial que reúne diferentes partes interessadas para discutir políticas climáticas e



energéticas. Por meio da PACTEJ, a CAJUST contribuiu para a revisão da NDC, realizando advocacy pela inclusão de um relatório anual de emissões, pela reforma do ciclo de revisão quinquenal e por compromissos de mobilização de recursos domésticos para a ação climática.

As conquistas de advocacy resultaram em compromissos governamentais, incluindo um compromisso do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Energia, Petróleo e Minas de desenvolver uma política climática nacional, bem como compromissos para ampliar a transparência sobre emissões, inclusive de metano.



Fotografia: Diálogo multissetorial de políticas públicas em Thiès. Imagem cortesia da CAJUST.



Lições aprendidas e próximos passos

A liderança da CAJUST na promoção da justiça climática é hoje amplamente reconhecida em Senegal. Sua experiência informa o compartilhamento regional de conhecimento em países como África do Sul, Nigéria e Quênia, que também enfrentam as complexidades de uma transição justa, ao mesmo tempo em que ressalta o valor do engajamento conduzido pelas comunidades e da ação coordenada das CSO.

A estratégia da CAJUST utiliza advocacy inovador por meio da mídia, incluindo

uma série de vídeos com um **personagem cômico** que se dirige às autoridades sobre transparência, justiça e equidade da JETP. Colaborações com comediantes, músicos e a Associação Nacional de Rádios Comunitárias diversificaram o alcance das ações, com programas de rádio permitindo que grupos locais discutam os temas em seus próprios idiomas. A CAJUST está incorporando depoimentos de famílias deslocadas de Khar Yalla em um documentário em produção. Essas abordagens criativas ampliam a atenção pública e o engajamento cívico no debate sobre a transição energética.

Estudo de Caso

Avanço da ação climática liderada pela comunidade na zona costeira de Bangladesh

Bangladesh

Em Bangladesh, a PRAAN institucionalizou a participação comunitária na ação climática costeira por meio do estabelecimento de avaliações rurais participativas e fóruns de ação climática, ao mesmo tempo em que implementou planejamento conjunto de ações e auditorias sociais.



Contexto

De acordo com o [World Risk Index 2023](#), Bangladesh ocupa a nona posição mundial em risco de desastres climáticos.¹² Até 2050, o país perderá aproximadamente 17 por cento de seu território devido à elevação do nível do mar, resultando em uma perda de 30 por cento das terras agrícolas.¹³ As populações costeiras são particularmente afetadas por inundações, ciclones, erosão e intrusão salina, o que impulsiona a migração para o interior. As instituições de governo local, especialmente os Union Parishads, as menores instituições administrativas rurais de Bangladesh, são as mais afetadas, mas frequentemente enfrentam dificuldades para integrar medidas de adaptação aos planos e orçamentos de desenvolvimento local. A tomada de decisão centralizada, a alocação fragmentada de recursos e parcerias frágeis com organizações da sociedade civil (CSO) reforçam uma governança de cima para baixo. A instabilidade política desde meados de 2024 interrompeu a governança local e as reuniões comunitárias, enquanto secas no

início de 2025 e inundações severas em julho agravaram as vulnerabilidades, exigindo adaptações na implementação dos projetos.

Nas remotas Unions de Char Clerk e Mohammadpur, no Upazila de Subarno Char, no Distrito de Noakhali, os impactos das mudanças climáticas são agudos e os serviços governamentais são limitados. Ambas as áreas enfrentam inundações frequentes que submergem a infraestrutura por semanas, enquanto o avanço do rio Meghna deslocou centenas de famílias. O aumento da salinidade e a escassez de água forçaram agricultores a perfurar poços tubulares mais profundos e a adotar cultivos híbridos de alto custo, aumentando o endividamento e pressionando os recursos hídricos futuros. Em Mohammadpur, o rio que antes ficava a quarenta quilômetros de distância encontra-se agora a menos de um quilômetro dos assentamentos, forçando as famílias a abandonar a agricultura.

12. Bündnis Entwicklung Hilft and Institute for International Law of Peace and Armed Conflict (IFHV), [WorldRiskReport 2023](#), Berlin: Bündnis Entwicklung Hilft, 2023.

13. Amruta Veer, [“Climate Change Exposes Bangladesh to Greater Risk,”](#) Bologna Institute for Policy Research, 2025.



Fotografia: Sessão de Avaliação Rural Participativa em Char Clerk. Imagem cortesia da PRAAN.



Abordagens inovadoras

A **Participatory Research and Action Network (PRAAN)** faz a ponte entre a política climática nacional e as realidades locais de adaptação, fortalecendo a resiliência por meio da promoção do engajamento comunitário na política climática e na orçamentação. Para capacitar os Union Parishads e as comunidades a integrar a adaptação aos planos e orçamentos locais, a PRAAN institucionalizou a participação comunitária por meio de avaliações rurais participativas (PRAs) e do planejamento no âmbito de união (union), nas Unions de Char Clerk e Mohammadpur. Ao longo de 18 PRAs, cobrindo os nove distritos (wards) de cada união, mais de 500 pessoas, incluindo agricultores, pescadores, comerciantes de mercado, migrantes climáticos, mulheres e jovens, identificaram vulnerabilidades locais e propuseram medidas de adaptação com base em sua experiência vivida, incluindo melhoria da preparação para inundações, gestão da salinidade, controle da erosão e resposta a ciclones.

Para fomentar a colaboração entre organizações da sociedade civil e governos locais, a PRAAN estabeleceu dois Fóruns de Ação Climática das Uniãos (Union Climate Action Forums – UCAFs),

local. Sessões de fortalecimento de capacidades aprimoraram a compreensão das comunidades sobre os impactos climáticos e os mecanismos de governança participativa, traduzindo constatações locais em estratégias acionáveis. Para construir evidências sobre o uso do financiamento climático nacional no apoio a soluções locais, a PRAAN também explorou modelos inovadores de adaptação, como práticas agrícolas resilientes ao clima em Satkhira e práticas agrícolas inteligentes para o clima no Centro Climático da Christian Commission for Development in Bangladesh, em Gazipur. Os participantes agora estão inspirando outras comunidades a iniciar essas práticas por meio de reuniões regulares.



Fotografia: Sessão de Avaliação Rural Participativa em Mohammadpur. Imagem cortesia da PRAAN.



A PRAAN também implementou um processo de planejamento conjunto de ações e auditoria social para coletar o feedback dos cidadãos sobre o desempenho dos Union Parishads. Uma caixa de reclamações visível em ambos, os Union Parishads permitem o envio confidencial de manifestações, que são revisadas bimestralmente por um comitê designado.



Impacto principal e lições aprendidas

Ambos, os Union Parishads agora alocaram recursos para adaptação climática em seus orçamentos de 2025–2026. Embora modestos (com cerca de 2–3% do orçamento total destinados ao financiamento climático tanto em Mohammadpur quanto em Char Clerk), esses valores sinalizam compromisso institucional com a resiliência. Essas alocações possibilitam orçamentação participativa e financiamento para prioridades identificadas pela comunidade.

Os membros das comunidades passaram de receptores passivos de ajuda a tomadores de decisão ativos no planejamento local, melhorando a confiança, a comunicação e reduzindo tensões políticas entre os Union Parishads e as CSO. As autoridades locais passaram a enxergar cada vez mais a

ação climática como parte integrante da governança, avançando em direção a um planejamento de resiliência mais holístico.

Além disso, a PRAAN colaborou com parceiros para influenciar políticas públicas. No âmbito da Green Accountability Platform, a PRAAN trabalhou com a **Bangladesh Environment and Development Society**, a **WaterAid Bangladesh**, a **WAVE Foundation** e a **Dataful** para coautorizar um policy brief que defende uma revisão da NDC centrada nas pessoas, de forma transparente e participativa. Isso transforma os compromissos de cima para baixo de Bangladesh em uma ação climática com apropriação local e accountability, garantindo que os compromissos nacionais estejam alinhados às realidades locais.

O documento argumenta que, embora as ambições de mitigação sejam elevadas, o processo da NDC carece de participação das partes interessadas, de planos de ação setoriais e de clareza financeira, o que enfraquece sua credibilidade. Ele defende a inclusão das CSO, do setor privado e de especialistas na definição de metas setoriais específicas de descarbonização e a integração de metas claras de adaptação alinhadas ao NAP. Também propõe o estabelecimento de um sistema de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) transparente e acessível ao público, bem como a criação de um mecanismo de coordenação multisetorial sob o Ministério do Meio Ambiente. Por fim, defende o desenvolvimento de um plano estratégico

para o acesso equitativo ao financiamento climático e aos mercados de carbono.

O modelo escalável da PRAAN para resiliência liderada localmente incorporou a adaptação às estruturas de governança das Union Parishads e fortaleceu as parcerias entre governo e comunidades. À medida que Bangladesh revisa sua **NDC** e operacionaliza seu **NAP** (2023–2050), a institucionalização de mecanismos participativos e de sistemas de MRV transparentes será essencial para alinhar as prioridades comunitárias às metas nacionais. O engajamento de mulheres, jovens e migrantes climáticos conduz a soluções mais sustentáveis que refletem as realidades vividas.



Fotografia: Treinamento de agricultores em práticas agrícolas resilientes ao clima no Distrito de Satkhira. Imagens cortesia da PRAAN.

06

Estudo de Caso

Fortalecimento das vozes comunitárias para mercados de carbono Brasileiros e projetos de REDD+ mais responsáveis

Brasil

No Brasil, o Instituto Fronteiras aprimorou a repartição equitativa de benefícios dos mercados de carbono ao fornecer recomendações de grupos indígenas ao governo, consolidar informações sobre projetos privados de desmatamento e degradação florestal em um observatório on-line e solicitar uma investigação sobre o uso, pelo estado, de recursos provenientes de créditos de carbono.



Contexto



O Acre, um estado na Amazônia ocidental brasileira, sediou o primeiro programa jurisdicional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) do Brasil, apoiado por Alemanha e Reino Unido entre 2012 e 2023.¹⁴ No entanto, o programa teve dificuldades em entregar resultados de conservação florestal equitativos e sustentáveis.

Em Juruá, uma região biodiversa da Amazônia, com alta cobertura florestal e lar de quinze povos indígenas, os benefícios do REDD+ foram distribuídos de forma desigual. Protetores tradicionais das florestas e atores locais são marginalizados, com acesso limitado a financiamento ou a oportunidades sustentáveis de meios de vida baseados na floresta. Ao mesmo tempo, setores como a pecuária, o agronegócio e a expansão de infraestrutura continuam a receber fortes incentivos estatais, minando a proteção

florestal e enfraquecendo a credibilidade das iniciativas de financiamento climático.¹⁵

A recente proposta do estado de vender créditos de carbono por meio da Coalizão para Reduzir Emissões por meio da Aceleração do Financiamento Florestal (Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance Coalition – LEAF Coalition), uma parceria público-privada global destinada a mobilizar financiamento climático, elevou ainda mais as preocupações relacionadas à accountability. As comunidades relatam ter sido excluídas da decisão de migrar de um financiamento baseado em doações para mecanismos baseados em mercado, o que coloca em risco sua capacidade de gerar seus próprios créditos de carbono e levanta preocupações quanto à dupla contagem das reduções de emissões. As informações sobre os fluxos de financiamento climático permanecem fragmentadas, e muitas

14. Amy Duchelle, Maron Greenleaf, Denyse Mello, Maria Fernanda Gebara and Tadeu Melo, [Acre's State System of Incentives for Environmental Services \(SISA\)](#), Chapter 2. Case Report: Brazil. CIFOR_ICRAF.

15. Uma Lele, Virgílio Viana, Adalberto Veríssimo, Stephen Vosti, Karin Perkins and Syed Husian, [Brazil: Forests in the balance: Challenges of conservation with development, Evaluation Country Case Study Series](#). The World Bank, 2000.

comunidades tomam conhecimento das decisões apenas após sua finalização na capital do estado.

Enquanto isso, fortes incentivos econômicos à pecuária, à produção de soja e à expansão rodoviária continuam a competir com a conservação florestal, reduzindo o valor percebido do financiamento de REDD+. Formuladores de políticas

públicas frequentemente temem críticas de organizações da sociedade civil e permanecem relutantes em se engajar, enquanto algumas ONGs alinhadas ao modelo estadual de REDD+ temem o escrutínio público. Mudanças políticas em direção a lideranças conservadoras, particularmente durante a administração Bolsonaro, enfraqueceram ainda mais a governança participativa e a accountability.



Abordagens inovadoras

O **Instituto Fronteiras** fortalece a accountability, a transparência e a participação comunitária nas iniciativas jurisdicionais e privadas de REDD+ no Acre, assegurando que povos indígenas e comunidades locais sejam consultados, que os mecanismos de repartição de benefícios sejam justos e transparentes e que o financiamento climático contribua para a conservação florestal e o bem-estar local.

O Instituto Fronteiras implementou uma série de atividades de advocacy, pesquisa e fortalecimento de capacidades para reforçar a governança e a accountability nos programas jurisdicionais e voluntários de REDD+ do Acre. Para promover o direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (IPLC), organizou consultas em parceria com o Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) e a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), para discutir o plano do governo de vender créditos de carbono por meio da LEAF Coalition. Esses diálogos revelaram que as comunidades não haviam sido consultadas sobre o plano, levando a OPIRJ a redigir uma carta pública exigindo consulta.

Posteriormente, o Instituto Fronteiras foi convidado a participar de uma reunião da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA), na qual



Fotografia: Atividades de advocacy e fortalecimento de capacidades do Instituto Fronteiras. Imagens cortesia do Instituto Fronteiras.

apresentou evidências e recomendações para a repartição equitativa de benefícios, a governança e os direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (IPLC) no acesso aos mercados de carbono. Em abril de 2025, a organização publicou recomendações formais solicitando que o Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) fosse incorporado à implementação do Programa de Carbono da CEVA e da LEAF Coalition.

Para dotar a sociedade civil e os atores locais de ferramentas e conhecimentos para monitorar e influenciar decisões de financiamento climático, o Instituto Fronteiras desenvolveu uma plataforma on-line multilíngue de **REDD+ Observatory**, que consolida dados de todos os projetos

privados de REDD+ no [site](#) da Verra,¹⁶ mapeando mais de 20 projetos voluntários e dois projetos jurisdicionais de REDD+, com indicadores para avaliar consulta prévia, regularização fundiária e salvaguardas. O Instituto Fronteiras também produziu diversos produtos de conhecimento que traduzem conceitos complexos em recursos práticos para as comunidades. Estes incluem uma [cartilha](#), um [policy brief](#) e um [relatório analítico](#) sobre governança, accountability, participação e repartição de benefícios em programas jurisdicionais de REDD+, consolidando a análise de 11 relatórios de auditoria e 142 atas de reuniões de governança. Em conjunto, essas ferramentas melhoraram a compreensão pública sobre como os mercados de carbono operam e como as comunidades podem reivindicar seus direitos dentro deles.

A organização também convocou a Community of Practice (CoP) do Juruá, reunindo associações indígenas, lideranças

de reservas extrativistas, promotores públicos, ONGs e autoridades estaduais. Essa plataforma ajudou as comunidades a articular suas prioridades, explorar opções para projetos de REDD+ liderados pelas comunidades e desenvolver recomendações conjuntas de advocacy. Além disso, o Instituto Fronteiras coordenou a XVI Conferência Brasileira de Economia Ecológica, realizada em Cruzeiro do Sul em setembro de 2025, que reuniu mais de 300 participantes para discutir pagamentos por serviços ecossistêmicos e financiamento climático no período que antecedeu a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). Durante esse evento, a organização lançou o Observatório REDD+ e coassinou [uma carta](#) solicitando investigações sobre o financiamento de REDD+ no Juruá, o que levou à abertura de uma investigação formal pelo Ministério Público Estadual sobre o uso de recursos de REDD+ pelo estado.



Impacto principal

O trabalho do Instituto Fronteiras revelou discrepâncias nos relatórios financeiros de REDD+ no Acre e vinculou a redução da participação comunitária ao aumento do desmatamento, resultando em maior escrutínio público das práticas de REDD+.

Comunidades indígenas e tradicionais passaram a dispor de ferramentas para avaliar projetos de REDD+, contestar repartições de benefícios desiguais e exigir accountability. O advocacy da organização contribuiu para a abertura de investigações

pelo Ministério Público, enquanto grupos comunitários passaram a se engajar com mais confiança em fóruns governamentais na defesa de seus direitos à consulta.

As perspectivas do Juruá também foram refletidas nos preparativos da presidência brasileira da COP30. No âmbito local, as comunidades estão explorando mecanismos alternativos de financiamento, como créditos de biodiversidade, que podem oferecer opções mais inclusivas e transparentes para regiões com baixo desmatamento.

16. Verra is a not-for-profit organization that sets standards for climate action and sustainable development. It administers the Verified Carbon Standard (VCS), which is the largest carbon credit standard globally, and acts as a registry to track the issuance and retirement of carbon credits.



Lições aprendidas e próximos passos



Redes fortes de organizações da sociedade civil, enraizadas em populações indígenas e extrativistas, fornecem uma base para a mobilização em torno de questões de accountability. Espaços institucionais formais, como a CEVA, oferecem oportunidades para pontos de entrada para o diálogo, permitindo que as comunidades pressionem por maior transparência e inclusão.

A tradução de informações técnicas em ferramentas comunitárias acessíveis, como o Observatório REDD+ e o guia comunitário, empodera significativamente os atores locais, reduzindo a distância entre políticas públicas e prática. As colaborações com a Universidade Federal do Acre, a Sociedade Nacional de Economia Ecológica e instituições de pesquisa também agregaram profundidade e legitimidade ao advocacy liderado pelas comunidades.

A realização da COP30 no Brasil e a revisão de sua NDC também criaram um impulso político para conectar as demandas locais por accountability aos debates nacionais e globais. Esse alinhamento proporcionou ao Instituto Fronteiras maior capacidade de pressão para promover reformas sistêmicas.

O Instituto Fronteiras planeja estabelecer o Fórum Multissetorial Independente do Juruá sobre Financiamento Climático, uma plataforma permanente de diálogo entre comunidades, governo, pesquisadores e atores do setor privado. Planeja expandir o Observatório REDD+ para outros estados brasileiros, incluindo Tocantins e Amazonas, e aprimorar seus indicadores sobre FPIC, regularização fundiária e transparência financeira. O Instituto Fronteiras também busca garantir que padrões de governança, consulta e repartição de benefícios sejam incorporados ao arcabouço emergente da secretaria do mercado de carbono.

A organização também está estabelecendo parcerias com ONGs para testar metodologias de créditos de biodiversidade adequadas a regiões de baixo desmatamento e fortalecendo alianças com parceiros como Vozes do Tocantins para aprofundar uma cultura de green accountability. Continuará a apoiar diálogos comunitários transfronteiriços sobre questões ambientais, como a proposta de infraestrutura rodoviária ao longo da fronteira Peru-Brasil.



Fotografia: Atividades de advocacy e fortalecimento de capacidades do Instituto Fronteiras. Imagens cortesia do Instituto Fronteiras.

Estudo de Caso

Promoção do federalismo climático e da equidade orçamentária no Brasil



O INESC promoveu a governança descentralizada e multinível do financiamento climático no Brasil por meio do desenvolvimento de grupos de trabalho para escrutinar os gastos públicos sob a ótica da redução das desigualdades e da realização de advocacy em favor de salvaguardas ambientais.



Contexto

O Brasil figura entre os países mais vulneráveis às mudanças climáticas na América Latina, estando cada vez mais exposto a inundações, deslizamentos de terra e secas. No entanto, o financiamento climático e a governança no âmbito nacional e subnacional permanecem fragmentados, subfinanciados e frequentemente desiguais. Um sistema de emendas parlamentares, pelo qual membros do Congresso controlam parcelas discricionárias significativas do orçamento federal,¹⁷ complica ainda mais o planejamento climático e a alocação orçamentária, direcionando apenas uma pequena parcela dos recursos para políticas de longo prazo e resilientes ao clima.

O Congresso atual, dominado por interesses estabelecidos, permanece amplamente

resistente às agendas de justiça climática. Propostas da sociedade civil para destinar uma parcela maior das receitas do petróleo à adaptação e ao Fundo Clima foram rejeitadas, enquanto o novo arcabouço fiscal, que limita os gastos discricionários, restringe ainda mais os recursos para a ação climática. Paradoxalmente, emendas federais e fundos extraordinários mobilizaram apoio substancial para a recuperação após as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024; contudo, as alocações para gestão de riscos e desastres no orçamento de 2025 caíram acentuadamente, evidenciando a volatilidade e o caráter de curto prazo dos mecanismos de financiamento existentes.



Abordagens inovadoras

O **Instituto de Estudos Socioeconômicos** (INESC) fortalece a governança democrática e multinível (conhecida como “federalismo climático”) ao buscar assegurar um financiamento mais robusto e equitativo para a adaptação. Seu projeto também vincula explicitamente o financiamento climático à justiça social, destacando como desigualdades de classe, raça, gênero e

território moldam a vulnerabilidade aos riscos climáticos no Brasil. O INESC busca aumentar a alocação de recursos públicos para a adaptação climática, especialmente por meio de influência política junto a parlamentares. Para isso, o INESC realiza pesquisas rigorosas e análises orçamentárias para influenciar os processos decisórios. A instituição mapeou 13 ações orçamentárias

17. Jamie McGeever, ‘[Brazil congress approves constitutional amendment granting lawmakers greater say on federal budget](#)’, ConstitutionNet, June 2019.



Fotografia: Seminário sobre Racismo Ambiental e Justiça Climática. Imagens cortesia do INESC.

relevantes para a adaptação, alimentando diretamente o advocacy sobre os Projetos de Lei Orçamentária Anual de 2025 e 2026. Publicou estudos técnicos e notas informativas sobre temas como gestão de riscos de desastres, financiamento da adaptação e receitas do petróleo, incluindo uma nota amplamente citada sobre o Fundo Social do Pré-Sal, que revelou que apenas 0,1% da receita do petróleo havia sido alocada para prioridades ambientais e climáticas.

Munido dessas evidências, o INESC engajou 29 parlamentares e trabalhou em estreita colaboração com a Frente Parlamentar Ambientalista (FPAmb). Entre os principais produtos de conhecimento estão uma **nota técnica** sobre adaptação em extremos climáticos e uma **ficha informativa** sobre federalismo climático, incentivando maior alocação orçamentária para adaptação climática, prevenção de desastres e gestão de riscos.

O INESC também atuou para promover um modelo de governança federalista que descentraliza a tomada de decisão e integra as necessidades municipais e comunitárias ao planejamento climático.

O INESC alcançou um marco importante em abril de 2025, quando cocriou um novo grupo de trabalho orçamentário dentro da FPAmb, cocoordenado pelo INESC e pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). Esse mecanismo institucionaliza as discussões orçamentárias climáticas no Congresso, conectando legisladores

a organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, o INESC vem construindo alianças de governança multinível entre parlamentares, lideranças municipais, organizações da sociedade civil (CSO) e movimentos de base para realizar advocacy em favor da justiça climática. O INESC consolidou sua liderança em coalizões mais amplas, como o Observatório do Clima, uma rede com mais de 130 CSO, e contribuiu para a consulta pública do Brasil sobre o novo Plano Nacional de Adaptação (NAP) e seus componentes setoriais. Além disso, o INESC foi uma das apenas duas ONGs integrantes do Comitê Consultivo da Taxonomia Sustentável Brasileira, onde atuou com sucesso na defesa da inclusão de salvaguardas socioambientais na classificação de investimentos sustentáveis.

O INESC amplifica vozes marginalizadas por meio do Grupo de Trabalho de Racismo Ambiental do Congresso, que coorganizou um seminário nacional sobre o enfrentamento das desigualdades sistêmicas nas políticas climáticas. Depoimentos de pescadores artesanais, quilombolas (uma comunidade tradicional distinta), quebradeiras de coco babaçu (mulheres tradicionais que realizam a coleta do coco) e mulheres negras ativistas evidenciaram as interseções entre adaptação, transição justa e justiça social.



Impacto principal

Esta iniciativa destaca o uso do orçamento público como uma ferramenta política por meio da qual a justiça e a accountability podem ser promovidas. Ao capacitar a sociedade civil e parceiros de base, o INESC desmistificou os processos orçamentários e reenquadrou o financiamento da adaptação como uma questão de equidade e direitos.

Apesar da persistente resistência política, o projeto alcançou mudanças institucionais relevantes, como o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Orçamentário no Congresso dedicado ao financiamento climático e ambiental, a incorporação transversal de temas de adaptação nos debates orçamentários nacionais e o avanço de

propostas para um Fundo Nacional de Adaptação.

O INESC posiciona o federalismo climático e a equidade orçamentária de forma central no discurso doméstico e internacional do Brasil sobre adaptação, demonstrando como advocacy baseada em evidências, construção de coalizões e participação social podem abrir espaço político para a justiça climática em contextos adversos. Ao vincular o financiamento da adaptação à redução das desigualdades e ao incorporar a participação na governança, o projeto lançou as bases para um regime climático mais democrático, responsável e resiliente no Brasil.



Lições aprendidas

As redes sólidas do INESC, sua expertise técnica em finanças públicas e seu papel reconhecido em mecanismos de coordenação governamental, como o Comitê Interministerial de Mudança Global do Clima (CIM), ampliaram coletivamente o alcance e a legitimidade de seu advocacy.

O Congresso brasileiro atual apresenta um obstáculo significativo, uma vez que grupos de interesse poderosos continuam a empurrar a adaptação climática para fora da agenda legislativa. O INESC

descreveu esse cenário como uma forma de negacionismo climático dentro do Congresso, que mina o planejamento de longo prazo como pré-requisito para a justiça climática e a equidade. Ainda assim, mantém uma presença estrategicamente construtiva em espaços de formulação de políticas para sustentar influência, realizando advocacy por políticas de adaptação que abordem desigualdades estruturais e engajando-se em ações sem serem percebidos como opositores.

08

Estudo de Caso

Fortalecimento das vozes marginalizadas na política climática do México



No México, a EECO possibilitou que comunidades historicamente excluídas participassem diretamente do desenho, monitoramento e validação de políticas climáticas e de financiamento climático por meio da criação de mecanismos de governança participativa e de guias metodológicos sobre inclusão, ao mesmo tempo em que ampliou o alcance por meio de comunicações multimídia e de uma plataforma digital interativa de participação.



Contexto

Desigualdades sistêmicas e estruturais permanecem profundamente enraizadas no México, afetando de forma desproporcional grupos marginalizados vulneráveis às mudanças climáticas. O México ratificou instrumentos internacionais fundamentais, como o **Acordo de Escazú** e a **Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**, que garantem acesso à informação, participação pública, justiça ambiental e não discriminação. No entanto, a implementação permanece incompleta. Ainda assim, esses marcos fornecem às CSO bases legais para exigir que o financiamento climático seja transparente, equitativo e inclusivo, em consonância com a **Lei Geral de Mudança do Clima do México**.

Apesar disso, muitas instituições governamentais ainda veem a participação cidadã como um direito secundário, e não fundamental. Como resultado, as contribuições das comunidades

frequentemente não são incorporadas de forma sistemática às políticas e planos climáticos. Outra limitação é a falta de transparência das informações públicas sobre financiamento climático. A ausência de dados desagregados e acessíveis dificulta o monitoramento independente por parte das CSO e enfraquece os mecanismos de accountability. A exclusão digital e as barreiras linguísticas limitam ainda mais a participação, enquanto a violência em alguns territórios criou condições hostis para defensores ambientais e organizações de base.

Ainda assim, o crescente reconhecimento internacional da justiça climática e a ênfase cada vez maior em abordagens interseccionais e sensíveis ao gênero na ação climática criaram um ambiente propício para fortalecer redes de advocacy e desenvolver mecanismos de engajamento inclusivos e vinculantes.



Abordagens inovadoras

O Espaço de Encontro para as Culturas Originárias (**Espacio de Encuentro para las Culturas Originarias, EECO**) apoia populações historicamente excluídas a participarem diretamente do desenho, monitoramento e validação de políticas climáticas e de mecanismos financeiros, garantindo que suas necessidades e prioridades sejam adequadamente refletidas. O projeto promove a participação direta de Povos Indígenas e Afro-mexicanos, mulheres, jovens, pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer ou Questionando, e Intersexo (LGBTQI+), pessoas idosas e pessoas com deficiência, a fim de institucionalizar mecanismos que tornem a governança climática mais inclusiva, equitativa e responsável.

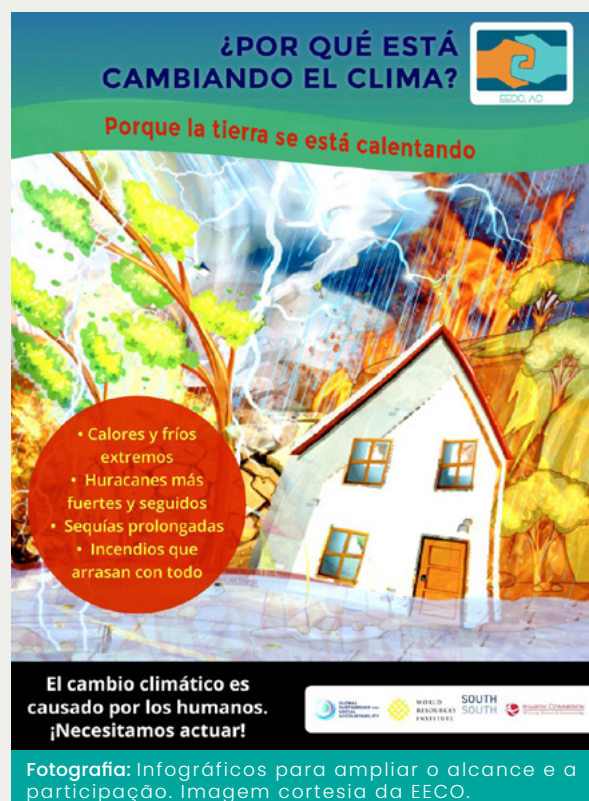


Fotografia: Trabalho de advocacy da EECO em favor dos Povos Indígenas. Imagem cortesia da EECO.

Para alcançar esse objetivo, a EECO fortaleceu a colaboração com o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, SEMARNAT) para criar conjuntamente mecanismos participativos de governança climática adaptados a grupos específicos. Esses mecanismos foram concebidos em colaboração com diferentes setores e comunidades para refletir suas prioridades e garantir que as respostas sejam apropriadas ao contexto, sensíveis às questões de gênero, culturalmente relevantes e alinhadas às suas realidades vividas.

Um resultado importante nesse sentido é um guia metodológico para a inclusão de populações historicamente marginalizadas na tomada de decisão climática, desenvolvido por meio de ampla consulta com representantes de cada grupo. O guia integra abordagens de gênero, interseccionais e interculturais e traduz propostas geradas pelas comunidades em mecanismos concretos. Além de ser um recurso técnico, ele também serve como uma ferramenta de política pública para promover a incorporação sistemática de vozes marginalizadas nos marcos de governança climática do México, como a versão mais recente da NDC do país.

A EECO também lançou uma campanha inovadora de comunicação multimídia para conscientizar sobre a importância da participação inclusiva nas políticas climáticas. A campanha utiliza vídeos, infográficos e programas de rádio em espanhol e em cinco línguas indígenas (nahuatl, tseltal, maia, zapoteca e otomí), ampliando o alcance e a participação de populações excluídas.



Fotografia: Infográficos para ampliar o alcance e a participação. Imagem cortesia da EECO.



Uma inovação central do projeto é uma **plataforma digital interativa de participação**, que funciona como um portal cidadão para aprendizagem, participação e intercâmbio de informações sobre governança climática. A plataforma permite que os usuários proponham mecanismos de inclusão, monitorem políticas climáticas e acessem dados em formatos acessíveis e de fácil utilização. Ela se destaca por seu design inclusivo, que utiliza idiomas indígenas e adapta formatos para pessoas com deficiências auditivas ou visuais. Para engajar novos públicos, a EECO lançou um concurso nacional de vídeos curtos, “Sua Voz sobre a Mudança do Clima”, que alcançou quase 6.000 visualizações e 50 compartilhamentos, impulsionando com sucesso o diálogo público sobre ação climática inclusiva.



Impacto principal

A EECO conseguiu posicionar a governança climática inclusiva e participativa como um componente essencial da justiça climática no México, desenvolvendo mecanismos de governança participativa para seis grupos populacionais vulneráveis e estabelecendo as bases para uma participação cidadã sustentada nas políticas climáticas. A organização estabeleceu uma aliança sólida com a SEMARNAT, apesar de atrasos iniciais na coordenação entre as duas instituições devido à transição administrativa federal de 2024, demonstrando perseverança e capacidade de adaptação em contextos políticos em mudança.

A abordagem interativa da EECO ampliou o acesso à informação climática e fortaleceu a conscientização cidadã, alcançando comunidades que superaram barreiras linguísticas, geográficas e digitais. Essas ferramentas permitem a participação cidadã contínua, transformando consultas passivas em um diálogo permanente. Espera-se que o guia metodológico contribua para aprofundar a institucionalização de práticas participativas, oferecendo a órgãos governamentais e as CSO uma abordagem estruturada para integrar perspectivas de gênero, interseccionais e interculturais nos processos decisórios.



Lições aprendidas e próximos passos



O México se beneficia de uma sociedade civil ativa e organizada, com ampla experiência em justiça climática, igualdade de gênero e advocacy em direitos humanos. Além disso, a participação da EECO em redes nacionais e internacionais fortaleceu sua legitimidade como ponte entre comunidades e instituições governamentais. Sua experiência prévia em processos participativos, como o desenvolvimento do Programa Estadual de Mudança do Clima e de planos locais de adaptação em municípios indígenas, gerou metodologias validadas pelas próprias comunidades, que agora estão sendo ampliadas e replicadas.

O projeto confirmou que mudanças reais ocorrem quando metodologias participativas são coproduzidas com os grupos afetados e apoiadas por ferramentas concretas, como guias, plataformas digitais e estratégias de comunicação. Garantir acessibilidade em termos de idioma, deficiência e inclusão digital mostrou-se essencial para uma participação significativa, demonstrando que a comunicação não é uma consideração secundária, mas um pré-requisito para uma governança climática equitativa.

Os planos nacionais de ação climática e os conselhos emergentes de mudança do clima representam oportunidades importantes para fortalecer a inclusão e a accountability. Se esses mecanismos adotarem metodologias sensíveis ao gênero e interseccionais, poderão alinhar o financiamento climático às necessidades reais das populações. A experiência da EECO sugere que a institucionalização de processos de consulta, plataformas digitais de engajamento e advocacy nos três níveis de governo será fundamental para integrar essas práticas de forma sustentável.

Em conjunto, essas ferramentas e abordagens reduzem a lacuna entre o acesso à informação, a participação significativa e os direitos executáveis, oferecendo um modelo replicável para outros contextos do Sul Global que enfrentam desigualdades sociais semelhantes, divisões digitais e barreiras de governança. Em última instância, a experiência da EECO reforça a ideia de que a justiça climática é inseparável da justiça social e de gênero, e que a participação inclusiva e vinculante deve tornar-se um requisito fundamental do financiamento e das políticas climáticas. Isso não apenas fortalece a legitimidade democrática, como também melhora a eficácia e a resiliência da ação climática.

O projeto também destacou algumas barreiras sistêmicas persistentes. Mudanças administrativas no âmbito federal e estadual frequentemente interrompem a continuidade do advocacy, criando incertezas quanto a compromissos anteriores. A inclusão de organizações de pessoas com deficiência permanece limitada, enquanto barreiras digitais e linguísticas, bem como a insegurança em determinados territórios, continuam a restringir a participação plena. A implementação de mecanismos de participação ainda é parcial e carece de obrigações legais robustas para garantir que as autoridades levem em conta as contribuições das comunidades. Para salvaguardar os avanços, a EECO enfatiza a necessidade de acordos formais de colaboração, estratégias de sustentabilidade e protocolos de segurança para organizações que atuam em regiões de alto risco.

Estabelecimento do observatório de financiamento climático do México para maior transparência no financiamento climático

A GFLAC fortaleceu a transparência do financiamento climático por meio do desenvolvimento de ferramentas de rastreamento climático, do estabelecimento de metodologias para programas de políticas climáticas e da implementação piloto de estruturas de monitoramento para a taxonomia sustentável.



Contexto

Embora o México esteja diversificando sua matriz energética para incluir mais fontes renováveis, o setor elétrico permanece fortemente dependente de combustíveis fósseis.¹⁸ Essa dependência, associada à continuidade do uso de subsídios aos combustíveis fósseis,¹⁹ molda um panorama de financiamento climático estruturalmente atrelado a fluxos de receita intensivos em carbono.²⁰ Sem uma reforma fiscal significativa, o México terá dificuldades para alinhar seus fluxos financeiros a trajetórias de desenvolvimento de baixo carbono e resilientes ao clima, conforme exigido pelo Acordo de Paris.

O sistema político altamente centralizado do México agrava esses desafios. O partido no poder controla o executivo federal, o legislativo e a maioria dos governos estaduais, enfraquecendo os mecanismos institucionais de controle e centralizando o poder decisório. Ao mesmo tempo, órgãos-chave de transparência, incluindo o Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais (Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos

Personales, INAE), foram desmantelados, com suas funções absorvidas por ministérios governamentais. Isso corroeu a independência institucional e limitou o acesso a informações detalhadas sobre orçamento e finanças. Como resultado, o financiamento público relacionado ao clima permanece opaco, e os dados sobre a alocação de recursos climáticos são frequentemente incompletos ou mal classificados, especialmente no âmbito subnacional.

Essas fragilidades de governança ocorrem em um contexto de intensificação dos impactos climáticos em todo o país, exercendo crescente pressão financeira sobre governos locais responsáveis pela reparação de infraestrutura e pela manutenção de serviços essenciais. Instrumentos internacionais, incluindo o **Acordo de Escazú** e a jurisprudência emergente da Corte Internacional de Justiça sobre obrigações climáticas, oferecem às organizações da sociedade civil alavancagem jurídica e política adicional para exigir transparência e accountability.

18. Pablo Necoechea Porras, “Despite the Growth in Renewables, Fossil Fuels Will Likely Remain a Significant Part of Mexico’s Energy Mix,” Climate Scorecard, September 2024.

19. Claudia Ordoñez, “G20 Subsidies to Oil, Gas and Coal Production: Mexico,” Overseas Development Institute (ODI), Oil Change International, International Institute for Sustainable Development, November 2015.

20. Climate Action Tracker, “Mexico,” December 2022,

A implementação da Taxonomia de Finanças Sustentáveis do México expôs ainda mais limitações estruturais. Seu caráter voluntário limita a adoção, enquanto a ausência de bases de dados padronizadas, a baixa capacidade técnica e as dificuldades na

aplicação de salvaguardas resultam em uma implementação lenta. Também não existe um mecanismo institucional para a atualização regular da taxonomia, tornando-a vulnerável à estagnação à medida que as prioridades nacionais evoluem.

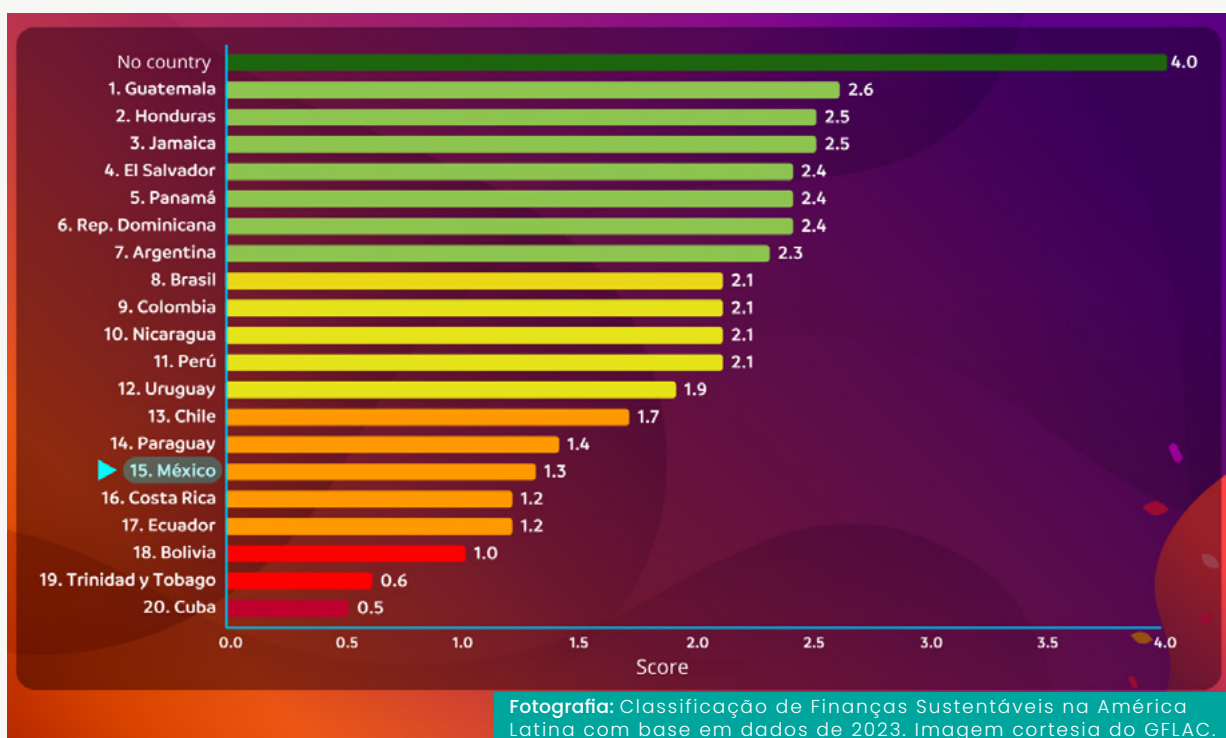


Abordagens inovadoras

O **Grupo de Financiamento Climático para América Latina e o Caribe** (Grupo de Financiamiento Climático para América Latina y el Caribe, **GFLAC**) busca fortalecer a transparência e a compreensão pública sobre como decisões de planejamento e financiamento afetam os resultados climáticos. Com mais de 14 anos de experiência, o GFLAC monitora e acompanha fluxos financeiros relacionados ao clima utilizando metodologias robustas e dados verificáveis. Também avalia o alinhamento dos orçamentos com metas climáticas e de biodiversidade e analisa a contribuição de programas rotulados como climáticos para os objetivos nacionais.

Elemento central desse trabalho é o Observatório de Financiamento Climático

(Observatorio de Financiamiento Climático, OFC), estabelecido para gerar evidências acionáveis para cidadãos, legisladores e formuladores de políticas públicas. Sua principal ferramenta, o Índice de Finanças Sustentáveis (Sustainable Finance Index, SFI), é uma metodologia pioneira desenvolvida ao longo de seis anos e aplicada em 20 países da América Latina e do Caribe. Ela mede receitas e despesas públicas, privadas e internacionais que apoiam a ação climática e as contrasta com aquelas que impulsionam emissões e impactos negativos danos ambientais, como subsídios a combustíveis fósseis. Ao produzir conjuntos de dados comparáveis, o SFI fornece uma base objetiva para avaliar se os fluxos financeiros são consistentes com o Acordo de Paris e com as metas climáticas nacionais.



No México, o SFI é atualizado anualmente, exigindo um mapeamento extensivo de dados públicos e um grande volume de pedidos de acesso à informação. A metodologia foi adaptada para todos os 32 estados subnacionais do México, resultando no Índice Subnacional de Finanças Sustentáveis (Subnational Sustainable Finance Index – SSFI). Isso torna possível comparar estados, identificar lacunas de transparência e destacar onde os orçamentos subnacionais reforçam trajetórias intensivas em carbono ou apoiam caminhos insustentáveis. Uma base de dados abrangente de informações fiscais e orçamentárias agora sustenta o SSFI

emergente, complementada por um painel digital de acesso aberto, projetado para exploração fácil e amigável ao usuário.

Além do monitoramento de fluxos, o OFC desenvolveu uma metodologia prática para avaliar programas de políticas públicas relacionados ao clima no âmbito nacional e subnacional. Essa metodologia avalia em que medida programas rotulados como climáticos avançam na mitigação, adaptação ou proteção da biodiversidade, e se integram a igualdade de gênero e a inclusão de povos indígenas. Ela analisa o alinhamento com compromissos climáticos, a capacidade institucional, a



Fotografia: Oficina técnica sobre o Observatório de Financiamento Climático. Imagem cortesia do GFLAC.

orientação para resultados, os sistemas de monitoramento e a alocação orçamentária. Atualmente, a metodologia está passando por revisão técnica por pares antes de sua aplicação piloto.

Como parte dessa agenda mais ampla, o OFC também está testando um marco de monitoramento para a Taxonomia de Finanças Sustentáveis do México, com foco em sua adoção e uso pelos bancos nacionais de desenvolvimento. Utilizando uma abordagem de métodos mistos, a equipe realizou levantamentos técnicos e entrevistas

semiestruturadas com instituições-chave para captar suas percepções, prontidão institucional, capacidades internas e os principais desafios enfrentados na aplicação da taxonomia. As evidências coletadas estão subsidiando recomendações concretas e acionáveis para fortalecer a implementação, incluindo a integração de critérios de igualdade de gênero e salvaguardas sociais, e essa análise está agora sendo consolidada em um primeiro relatório de monitoramento sobre o papel dos bancos de desenvolvimento no avanço da agenda de finanças sustentáveis do México.

O Observatório conecta ativamente seu trabalho técnico aos processos de formulação de políticas em andamento. Ele contribuiu para a atualização da NDC do México em 2025, apoiou oficinas governamentais sobre financiamento climático e realizou advocacy em favor de uma estratégia nacional de financiamento climático, que inclui o desenvolvimento de uma estimativa de custos mais clara das medidas da NDC e um alinhamento mais robusto entre os orçamentos setoriais e as metas climáticas. O Observatório busca vincular seus achados às estruturas nacionais de coordenação, como o Sistema Nacional de Mudança do Clima e a Comissão Intersecretarial de Clima, nas quais diagnósticos das necessidades de investimento sustentável podem informar ao seu Plano Nacional de Desenvolvimento (NPD) e estratégias regionais.

O diálogo e o fortalecimento de capacidades são elementos centrais da abordagem do Observatório. Ele trabalha com legisladores, instituições financeiras e CSO para incentivar o uso dos índices em debates orçamentários, processos de reforma fiscal e na fiscalização de subsídios prejudiciais. O Observatório também promove o uso de instrumentos fiscais para melhorar a rastreabilidade das receitas e despesas relacionadas ao clima e explora como ferramentas existentes (como o Sistema de Avaliação de Desempenho e os relatórios de Contas Públicas) podem aprimorar a transparência e a accountability. Todos os produtos, incluindo relatórios, painéis e materiais de capacitação, estão disponíveis gratuitamente em uma plataforma virtual de acesso aberto.



Impacto principal

As aplicações regionais do SFI revelam contrastes marcantes. A edição de 2025 do índice mostra que, em 2024, o México gerou 85 vezes mais receita a partir de atividades intensivas em carbono do que a partir de fontes sustentáveis e alocou 15 vezes mais orçamento para atividades ambientalmente prejudiciais do que para a ação climática.

A primeira edição do SSFI de 2025 confirma essa tendência em âmbito subnacional. Considerados em conjunto, os estados geraram cinco vezes mais receita a partir de atividades intensivas em carbono do que a partir de fontes sustentáveis e alocaram 3,4 vezes mais orçamento para atividades intensivas em carbono do que para despesas sustentáveis.

Esses números oferecem um poderoso ponto de entrada para questionar a arquitetura financeira do país e sustentar o argumento de que os objetivos climáticos não podem

ser alcançados sem uma reorientação orçamentária substancial.

O trabalho do OFC demonstra o valor de evidências claras, acessíveis e comparáveis para a governança do financiamento climático, com suas ferramentas sendo cada vez mais referenciadas em debates de políticas públicas. Os Ministérios do Meio Ambiente e das Finanças da Cidade do México, por exemplo, expressaram forte interesse em utilizar os índices para identificar programas impulsionadores de emissões, fortalecer investimentos em ação climática e moldar sua estratégia de financiamento climático. Como resultado, evidências comparativas estão informando os processos de formulação e revisão orçamentária, fortalecendo a capacidade de formuladores de políticas públicas e auditores de avaliar se os gastos estão alinhados aos objetivos climáticos e de desenvolvimento sustentável.



Lições aprendidas e próximos passos

A consolidação de poder em diferentes níveis de governo reduz os incentivos institucionais para a supervisão, enquanto mudanças frequentes de pessoal e reestruturações internas exigem a construção contínua de relacionamentos e ajustes nos cronogramas dos projetos. Estados fortemente dependentes de receitas de combustíveis fósseis, bem como instituições federais cujo desempenho insuficiente é evidenciado pelos índices, podem demonstrar relutância em se engajar. Isso torna essencial um enquadramento cuidadoso, enfatizando oportunidades para melhorar a qualidade dos dados, mobilizar financiamento e reduzir riscos locais, em vez de focar exclusivamente em deficiências.

Apesar dessas restrições, o fortalecimento da capacidade institucional, das práticas de governança e dos incentivos ainda pode criar pontos de entrada significativos para reformas, mesmo quando a transparência no âmbito transacional é limitada. Ancorar os esforços de monitoramento em amplas alianças também ajuda a sustentar o impulso e a manter a pressão quando instituições formais de fiscalização são enfraquecidas.

A credibilidade, a expertise técnica e o rigor metodológico do GFLAC foram centrais para garantir a confiança das partes interessadas. Sua capacidade de traduzir informações financeiras complexas em indicadores acessíveis ampliou o público dos debates sobre financiamento climático. Alianças estratégicas entre diversos atores ampliaram a visibilidade e a influência do Observatório.

Igualmente importante foi a criação de espaços institucionais de diálogo, que vão desde fóruns legislativos de alto nível até oficinas técnicas com ministérios e governos subnacionais, os quais permitem que as evidências do OFC alimentem diretamente os processos de formulação de políticas públicas e orçamentárias.

Olhando para o futuro, o GFLAC publicará o SSFI completo e disseminará seus resultados por meio de oficinas e webinars direcionados. Sessões de capacitação com legisladores e governos estaduais terão como objetivo aprofundar a incorporação dos índices nacional e subnacional de financiamento sustentável nos debates fiscais e nas discussões sobre reforma de subsídios e tributação.

O Observatório também planeja aprofundar o engajamento com bancos de desenvolvimento e bancos comerciais, refinando avaliações baseadas em taxonomia e apoiando o desenho de marcos regulatórios que direcionem melhor os recursos para projetos estratégicos de transição justa. O fortalecimento de vínculos com iniciativas regionais emergentes, como observatórios de taxonomia na América Latina e redes mais amplas de rastreamento de financiamento climático, garantirá que as lições aprendidas no México contribuam para os debates regionais e globais sobre a governança do financiamento sustentável.



Conclusão



Esses estudos de caso ilustram a diversidade e a criatividade das práticas de green accountability que estão emergindo em países em desenvolvimento. Embora cada uma opere em um contexto político, social e ambiental distinto, todas compartilham um compromisso comum com o fortalecimento das vozes cidadãs, a melhoria do acesso à informação e a garantia de que o financiamento climático responda às prioridades daqueles mais afetados pelas mudanças climáticas. Seu trabalho demonstra que a accountability não é um princípio abstrato, mas uma abordagem prática e acionável que pode transformar os sistemas de financiamento climático de baixo para cima.

No âmbito nacional e subnacional, esses exemplos destacam o valor de soluções impulsionadas localmente e reforçam a importância de investir nas capacidades da sociedade civil para monitorar, influenciar e cocriar políticas climáticas. As organizações da sociedade civil desempenham um papel particularmente crítico na responsabilização dos governos, especialmente em um cenário em que a crise climática exige engajamento construtivo de todos os atores, incluindo instituições estatais, comunidades, setor privado e outros parceiros não estatais. A capacidade das iniciativas da sociedade civil de reunir atores diversos, traduzir informações complexas em linguagem acessível, construir confiança, elevar as prioridades dos cidadãos e fortalecer a compreensão pública de conceitos técnicos desafiadores relacionados ao clima e às finanças as torna protagonistas centrais de uma governança climática eficaz e equitativa.

As experiências documentadas neste relatório demonstram o poder das alianças e das plataformas de aprendizagem compartilhada. Ao conectar desenvolvedores de projetos, profissionais e lideranças comunitárias entre países e áreas temáticas, essas redes constroem impulso, promovem colaboração e aceleram a difusão de abordagens promissoras. Tal cooperação não apenas fortalece o impacto de iniciativas individuais, mas também apoia a ação coletiva para manter os objetivos do Acordo de Paris ao



alcance. Além disso, as lições e os desafios emergentes deste compêndio oferecem percepções valiosas para formuladores de políticas públicas, profissionais e financiadores que buscam aprimorar a governança climática, reafirmando que um financiamento climático transparente, participativo e responsável é essencial para alcançar resultados climáticos significativos, justos e duradouros, e que uma sociedade civil fortalecida está no centro desse esforço.

Para mais exemplos do trabalho impactante realizado pelos parceiros da Green Accountability Platform, consulte o Apêndice ao final deste relatório.



Fotografia: Esforços de advocacy em Juruá, Brasil. Imagem cortesia do Instituto Fronteiras.

Apêndice

Visão geral dos parceiros implementadores e projetos de Green Accountability

PAÍS	ORGANIZAÇÃO	TÍTULO DO PROJETO	CONTATO PRINCIPAL	WEBSITE	VISÃO GERAL DO PROJETO
Brasil	Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)	Adaptação climática no Brasil e enfrentamento das desigualdades	Sheilla Dourado sheilla@inesc.org.br	https://inesc.org.br/	O INESC fortaleceu a capacidade da sociedade civil de monitorar e influenciar a governança climática e a alocação de recursos destinados à agenda de adaptação.
	Associação Fiquem Sabendo	Transparência ambiental	Maria Vitória Ramos mariavitoria@fiquemsabendo.com.br	https://fiquemsabendo.com.br/	A Fiquem Sabendo criou uma plataforma de cursos on-line autodirigidos sobre transparência da informação ambiental para oferecer capacitação gratuita a lideranças comunitárias, ativistas socioambientais e comunicadores locais em todo o Brasil. A organização desenvolveu recomendações para aprimorar portais públicos de dados, padronizar e estruturar dados ausentes sobre temas ambientais.
	Instituto Fronteiras	Apoio multissetorial a projetos voluntários de REDD+ na Bacia do Alto Juruá	Karla Sessin Dialasco karla.dilascio@ifronteiras.org	https://ifronteiras.org/	O Instituto Fronteiras empoderou comunidades locais no Juruá por meio do desenvolvimento de uma plataforma on-line de acesso aberto sobre financiamento climático, facilitou diálogos sobre financiamento climático e ampliou as vozes locais em espaços nacionais e internacionais.
	Centro Brasil no Clima (CBC)	Inclusão e financiamento climático: fortalecimento da governança climática nos estados brasileiros	Raiana Soares raiana.soares@centrobrasilnoclima.org	https://centrobrasilnoclima.org/	O CBC capacitou secretarias estaduais em financiamento climático e fortaleceu fóruns climáticos estaduais e o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) para que se tornassem mais eficazes e inclusivos.
	Associação Onça D'água	Vozes da Coalizão Tocantins pela Justiça Climática: advocacy, comunicação e formação de jovens para justiça climática e social	Genifer Cristina geniffer.cristina@gmail.com	https://www.oncadagua.org.br/	A Onça D'Água fortaleceu as atividades de articulação da Coalizão Vozes do Tocantins pela Justiça Climática e ampliou a visibilidade e a capacidade de mobilização de comunidades rurais e tradicionais.
México	Grupo de Financiamiento Climático para Latinoamérica y el Caribe (GFLAC).	Observatório do Financiamento Climático	Sandra Guzmán sguzman@gflac.org	https://www.gflac.org	O GFLAC monitorou a implementação da taxonomia sustentável do México e ampliou o uso de sua ferramenta Índice de Finanças Sustentáveis em nível subnacional, além de gerar informações para fortalecer mecanismos de transparência e o acesso a informações públicas subnacionais sobre mudança do clima.

PAÍS	ORGANIZAÇÃO	TÍTULO DO PROJETO	CONTATO PRINCIPAL	WEBSITE	VISÃO GERAL DO PROJETO
México	Espacio de Encuentro de Culturas Originarias (EECO)	Resiliência climática: fortalecimento de comunidades marginalizadas no México	zinnia Carranza tzinniacarranza@hotmail.com	https://eeco.org.mx/	A EECO trabalhou em estreita colaboração com diversos atores e governos em múltiplos níveis, em espaços de participação e coordenação, para o desenvolvimento de uma estratégia voltada à inclusão de grupos vulneráveis na construção de políticas públicas e no fortalecimento da governança climática.
	Causa Natura, A.C.	Fortalecimento da governança ambiental e climática nas Áreas Naturais Protegidas de Sonora	Ana Harumi Hayashida Carrillo anah@causanatura.org	https://causanaturacenter.org/	A Causa Natura fortaleceu a governança ambiental de duas áreas naturais protegidas no noroeste do México, com foco em inclusão, equidade com perspectiva de gênero, participação cidadã, transparência, responsabilização e sustentabilidade financeira.
	Transparencia Mexicana (TMX)	México pós-FONDEN: redesenho dos mecanismos institucionais para a gestão do risco climático	Vania Montalvo vmontalvo@tm.org.mx	https://www.tm.org.mx/	A Transparencia Mexicana realizou pesquisas e desenvolveu recomendações para apoiar governos nacionais e subnacionais na identificação tempestiva de como acessar recursos de financiamento climático para responder a emergências e desastres climáticos.
	Engenera	Redes comunitárias para o monitoramento do orçamento de mudança do clima e gênero	Beatriz Olivera Villa beatriz.olivera@engenera.org	https://engenera.org/	A Engenera promoveu a capacidade de análise orçamentária climática de mulheres indígenas e rurais, bem como de organizações locais, para participação na tomada de decisões sobre financiamento climático. Criou um Observatório do Financiamento Climático Público no México para monitorar a execução orçamentária e identificar programas-chave para a elaboração de propostas de financiamento climático.
Senegal	Espaces de Co- production des Offres Populaires pour l'environnement et le développement en Afrique (Enda ECOPOP)	Aliança Concertada de OSCs para um Espaço Cívico Transformador e Sustentável para a Ação Climática no Senegal (ACCESS)	Djibril Mangane djibrilmangane@endaecopop.org	https://endaecopop.org/	A Enda ECOPOP fortaleceu a capacidade de 50 organizações da sociedade civil e lideranças para melhor monitorar a implementação da Estratégia Nacional de Gestão dos Ecossistemas de Manguezais.
	Citoyens Actifs pour la Justice Sociale (CAJUST)	Amplificar as vozes dos cidadãos para uma implementação transparente, inclusiva e equitativa da JETP no Senegal	Demba Seydi dseydi@cajust.org	https://cajust.sn/	CAJUST mobilizou atores comunitários, em particular grupos de mulheres e jovens, associações de pessoas com deficiência e jornalistas de rádios comunitárias, para ampliar suas vozes em favor de um plano de transição energética transparente e inclusivo.
	Action Solidaire International (ASI)	Projeto para fortalecer as capacidades da sociedade civil local e das comunidades para melhorar a accountability no contexto do financiamento da ação climática no Senegal	Mamadou Barry mamadou.barry@action-solidaire.org	https://action-solidaire.org/	A ASI tornou as decisões de financiamento climático mais transparentes e inclusivas ao reunir autoridades públicas e oferecer capacitação à sociedade civil para monitorar de forma mais eficaz o financiamento climático.

PAÍS	ORGANIZAÇÃO	TÍTULO DO PROJETO	CONTATO PRINCIPAL	WEBSITE	VISÃO GERAL DO PROJETO
Senegal	Budgit Foundation	Promovendo a Green Accountability em Senegal: aprimoramento dos dados de financiamento climático nos setores de agricultura, energia e água e saneamento	Amadou Samb budgitsg@budgit.org	https://senegal.budgit.org/	A Budgit enfrentou a falta de informações acessíveis e transparentes sobre as alocações de financiamento climático para os setores de agricultura, energia, água e saneamento em Senegal por meio do desenvolvimento do Orçamento Verde Simplificado (<i>Simplified Green Budget</i>).
	Association Diaoulé D'abord (A2D)	Promoção de sistemas de accountability inclusivos para o financiamento climático em apoio às prioridades de mulheres rurais vulneráveis	Mamadou Toure diaouledabord@gmail.com	https://www.facebook.com/associationdiaouledabord/?locale=fr_FR	A A2D fortaleceu a capacidade das mulheres para incorporar a mudança do clima em políticas locais de adaptação e mitigação e demonstrou que o uso de energias renováveis contribui para o empoderamento econômico e social das mulheres.
Camarões	Cercle International pour la Promotion de la Création (CIPCRE)	Advocacy para o fortalecimento da green accountability por coletividades locais descentralizadas em Camarões	Dr. Mathieu Foka mathieu_foka@cipcre.org	https://cipcre.org/	O CIPCRE apoiou seis municípios nas regiões Oeste, Leste e Adamaoua em Camarões para realizar advocacy em favor da green accountability, apoiando a adoção e a implementação de orçamentos participativos resilientes ao clima e a participação cidadã na green accountability e na governança local.
	Service d'Appui aux Initiatives Locales de Developpement (SAILD)	Fortalecimento do envolvimento das OSCs e dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (IPLCs) na accountability e transparência das políticas e programas climáticos em Camarões	Rodrigue Kouang rodrigue.kouang@saild.org	https://www.saild.org/	A SAILD apoiou o envolvimento das OSCs e dos povos indígenas e comunidades locais na accountability e na transparência das políticas e programas climáticos em Camarões, com foco no aprimoramento do conhecimento, no monitoramento e no advocacy para influenciar a tomada de decisão.
	Women for a Change (Wfac)	Promoção da igualdade de gênero em ações de financiamento climático em Camarões	Dr. Zoneziwoh Mbongdulo-Wondieh zoneziwoh@gmail.com	https://wfaccameroon.org/	A Wfac realizou advocacy em favor da igualdade de gênero no financiamento climático em Camarões, com foco no mapeamento e na avaliação das necessidades de mulheres e OSCs, no fortalecimento de suas capacidades e no aumento de sua conscientização sobre orçamentação sensível ao gênero para a implementação, o monitoramento e o reporte dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), dos Planos de Ação de Gênero (GAPs) e das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) em Camarões.
	Community Initiative for Sustainable development (COMINSUD)	Apoio às OSCs para engajar o Conselho Regional e as Autoridades Municipais de Bamenda no fortalecimento da Green Accountability na Região Noroeste de Camarões	Fon Nsoh cominsud_ngo@yahoo.com	https://www.cominsud.org/	A COMINSUD engajou partes interessadas-chave das comunidades locais, OSCs, Conselhos da cidade de Bamenda, Assembleia Regional do Noroeste e ministérios setoriais, com o objetivo de promover melhor compreensão e uso da green accountability e da governança climática para impactar a vida das pessoas na Região Noroeste de Camarões.

PAÍS	ORGANIZAÇÃO	TÍTULO DO PROJETO	CONTATO PRINCIPAL	WEBSITE	VISÃO GERAL DO PROJETO
Camarões	Action for Sustainable Development (ASD)	Fortalecimento da ação climática local em Camarões: caso dos municípios de Djoum e Mintom	Genevieve Ndjiki Weladji genevievendjiki@gmail.com	https://www.asd.contact/	A ASD fortaleceu a ação climática local nos municípios de Djoum e Mintom, onde promoveu o envolvimento de atores locais vulneráveis, empoderou autoridades locais descentralizadas e desenvolveu um mecanismo para o compartilhamento e a troca de informações sobre mudança do clima com atores-chave.
Bangladesh	Fondation WAVE	Fortalecimento da governança climática com participação de base em Bangladesh (Projeto SCGGP)	Anisur Rahman anisur@wavefoundationbd.org	https://wavefoundationbd.org/	A WAVE Foundation fortaleceu a governança climática ao ampliar a participação da sociedade civil, a conscientização comunitária e o desenvolvimento de capacidades dos comitês de gestão de desastres dos governos locais, ao mesmo tempo em que promoveu o papel da mídia e uma melhor coordenação multissetorial.
	Dataful	Academia de dados climáticos de Bangladesh	Polash Datta polash.datta@dataful.xyz	https://dataful.xyz/	A Dataful desenvolveu uma plataforma de financiamento climático de fácil utilização, em bengali e inglês, para uso por organizações da sociedade civil, comunidades, formuladores de políticas públicas e jornalistas em Bangladesh.
	WaterAid	Redevabilité verte climato-résiliente pour l'eau, l'assainissement et l'hygiène	Partha Hefas Shaikh parthashaikh@wateraid.org	https://www.wateraid.org/bd/	WaterAid a créé une plateforme pour rendre le financement climatique WASH plus accessible et responsable, notamment en facilitant le dialogue entre les parties prenantes dans trois régions climatiques du Bangladesh.
	Bangladesh Environment and Development Society (BEDS)	Fortalecimento da capacidade institucional de grupos de autoajuda locais para realizar ação climática transparente, responsável e inclusiva	Md Maksudur Rahman chief@bedsbd.org	https://www.bedsbd.org/	A BEDS fortaleceu a capacidade institucional de grupos de autoajuda e reforçou a parceria entre governos locais e organizações de base para desenvolver e implementar mais de 100 planos de ação climática liderados localmente em Bangladesh, por meio do engajamento multissetorial.
	Participatory Research and Action Network- (PRAAN)	Construindo parcerias para avançar a ação climática liderada localmente em Bangladesh	Nurul Alam Masud nurulalam.masud@pm.me	https://praan.org.bd/	A PRAAN fortaleceu a capacidade de duas instituições de governo local e dos cidadãos em áreas costeiras de Bangladesh para transformar e implementar orçamentos e planos públicos resilientes ao clima e liderados localmente



GLOBAL
PARTNERSHIP FOR
SOCIAL
ACCOUNTABILITY



THE WORLD BANK
IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP



Fotografia: Lançamento da Community of Practice sobre Soluções Verdes e Azuis para a Gestão de Zonas Úmidas. Imagens cortesia da Enda ECOPOP.



Contact

E-mail: civic@worldbank.org | info@southsouthnorth.org

www.thegpsa.org

www.thegpsa.org/civic/